

DIRETRIZES DA
EDUCAÇÃO
B Á S I C A
CAMILIANA

UNIÃO SOCIAL CAMILIANA
FUNDADA EM 1954

PRESIDENTE
JOSÉ MARIA DOS SANTOS

VICE-PRESIDENTE
NIVERSINDO ANTÔNIO CHERUBIN

SUPERINTENDENTE
LEOCIR PESSINI

VICE-SUPERINTENDENTE
CHRISTIAN DE PAUL DE BARCHIFONTAINE

1º SECRETÁRIO
MÁRIO LUÍS KOSIK

2º SECRETÁRIO
JOSÉ CARLOS DIAS SOUSA

1º TESOUREIRO
ANTONIO MENDES FREITAS

2º TESOUREIRO
JUSTINO SCATOLIN

UNIÃO SOCIAL CAMILIANA

DIRETRIZES DA
EDUCAÇÃO
B Á S I C A
CAMILIANA



EDITOR-CHEFE

LEOCIR PESSINI

DIAGRAMAÇÃO E CAPA

HI DESIGN PROJETOS GRÁFICOS

TEL: (11) 5522-8934 • inesruivo@terra.com.br

IMPRESSÃO

EGB – EDITORA GRÁFICA BERNARDI

TEL: (11) 2086-9090 • www.egb.com.br

UNIÃO SOCIAL CAMILIANA

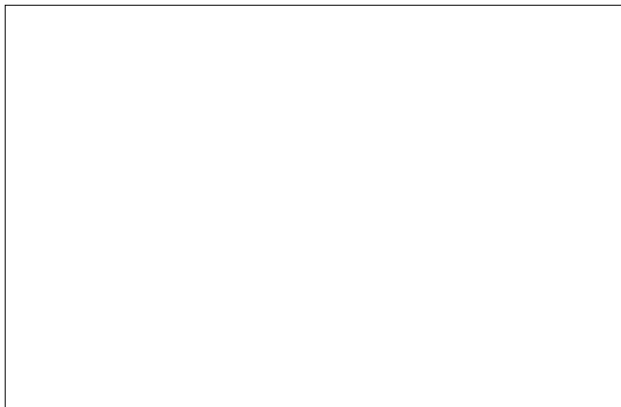
AV. POMPEIA, 888 • VILA POMPEIA

05022-000 • SÃO PAULO • SP

TEL: (11) 3868-5160 • www.saocamillo.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema ou banco de dados sem permissão escrita da Editora.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	7
1. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO	9
1.1. SÃO CAMILO DE LELLIS	10
1.2. CARISMA CAMILIANO	12
1.3. CAMILIANOS NO BRASIL	15
1.4. EDUCAÇÃO CAMILIANA	16
2. UNIÃO SOCIAL CAMILIANA – MANTENEDORA.....	17
2.1. MISSÃO	20
2.2. VISÃO	20
2.3. VALORES ESSENCIAIS.....	20
2.4. CARTA DE PRINCÍPIOS.....	20
2.5. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DA EDUCAÇÃO CAMILIANA	22
2.6. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA.....	23
2.7. HISTÓRICO DAS UNIDADES CAMILIANAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA.....	24
2.7.1. Centro Educacional São Camilo/DF	24
2.7.2. Centro Educacional São Camilo/ES.....	25
2.7.3. Colégio São Camilo – Cardeal Motta/SP	26
2.7.4. Colégio São Camilo – Pinhais/PR.....	26
3. ESCOLAS CAMILIANAS: CONFESSIONAIS E CATÓLICAS.....	29
4. EDUCAÇÃO BIOÉTICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA	33
4.1. A LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (LDB)	35
4.2. OS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS (PCNs)	36
5. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM.....	39
5.1. PRINCÍPIOS ÉTICO-POLÍTICOS	41
5.1.1. Construção da Cidadania	41
5.1.2. Construção da Autonomia	43
5.1.3. Escola Inclusiva.....	44
5.1.4. A formação Cristã nas Escolas Camilianas:	
Confessional, Católica e Camiliana.....	46
5.1.4.1. <i>O Ensino Religioso Escolar</i>	47
5.1.4.2. <i>Projetos de Adesão à Fé Católica</i>	48
5.1.4.3. <i>Projetos de Responsabilidade Social</i>	49
5.1.4.4. <i>Ambiente de Fraternidade e Cidadania</i>	49

5.2. PRINCÍPIOS DIDÁTICO-METODOLÓGICOS	50
5.2.1. Planejamento	51
5.2.2. Objetivos do Ensino	52
5.2.3. Conteúdos de Aprendizagem	53
5.2.4. Estratégias de Ensino	54
5.2.5. O Ambiente Educativo	54
5.2.6. Temas Transversais.....	55
5.2.7. Atividade Lúdica e o Desenvolvimento Cognitivo, Afetivo, Social e Psicomotor dos alunos.....	56
5.2.8. Avaliação	57
6. ESTRATÉGIAS DE IMPLEMENTAÇÃO	61
7. COMUNIDADE EDUCATIVA	65
7.1. PERFIL DO ALUNO CAMILIANO	66
7.2. RELAÇÃO FAMÍLIA / ESCOLA	66
7.3. PERFIL DO PROFISSIONAL CAMILIANO	67
7.4. COMPETÊNCIAS PRIORITÁRIAS NA FORMAÇÃO DOS DOCENTES DE EDUCAÇÃO BÁSICA.....	68
8. DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA PEDAGÓGICA DAS UNIDADES CAMILIANAS.....	73
8.1. EDUCAÇÃO INFANTIL	75
8.2. ENSINO FUNDAMENTAL	76
8.3. ENSINO MÉDIO.....	78
9. COMPROMETIMENTO COM A QUALIDADE	81
9.1. VERTENTE ADMINISTRATIVA.....	83
9.2. VERTENTE PEDAGÓGICA	83
9.3. VERTENTE SOCIAL.....	84
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	85

APRESENTAÇÃO

Ao se propor redigir as Diretrizes para as Unidades de Educação Básica da Província Camiliana do Brasil, a Comissão de Educação Básica da União Social Camiliana, hoje Comissão de Ensino, vê-se diante de uma situação desafiadora e de grande responsabilidade: a tarefa de sintetizar, num documento, visões e propostas comuns às unidades educacionais que procuram vivenciar o Carisma Camiliano de norte a sul do País e, a partir daí, instituir os pressupostos comuns a serem assumidos por essas. A responsabilidade de, como leigos, elaborar e integrar propostas e ações coloca-se, hoje, como uma realidade, englobando 4 Unidades que atendem o segmento, com aproximadamente 2300 alunos¹.

Assim, a Educação Básica Camiliana busca construir sua identidade histórica, inserindo-se no contexto da Província Camiliana do Brasil, da Educação Brasileira e da Educação Católica como um todo.

A partir de tal propósito, o presente documento firma-se sobre o prisma da construção de uma identidade e da incorporação das diferenças peculiares das partes envolvidas que buscam, ao mesmo tempo, por meio da consolidação de uma proposta, base para responder às seguintes questões centrais: o que nos aproxima? O que nos é comum? O que nos diferencia das outras escolas?

No cerne dessas questões, estão nossas crenças e nossas práticas, nossa visão de homem e de mundo, nosso fazer e nossos projetos de futuro.

Não pretendemos aqui uniformizar unidades inseridas em realidades tão distintas, matizadas pelas diferenças históricas e regionais, tampouco estabelecer critérios rígidos de ação e funcionamento. Este documento representa o esforço por descrever o que nos aproxima e o que nos diferencia dos outros, revelando, assim, a singularidade da educação camiliana.

1. Ref. 2008, conforme São Camilo Educação – Balanço Social 2007/2008.

Este documento traz, para a Comunidade Camiliana, de religiosos e leigos, reflexões compreendidas pela Comissão que representa as escolas de Educação Básica Camiliana do Brasil, com o empenho de construir elementos que possibilitem a caracterização e pontos de convergência em direção a uma identidade e pressupostos comuns, a partir de diferentes olhares.

E, reconhecendo-nos como coirmãos, partirmos em busca de uma Missão comum, que nada mais é do que a missão da família camiliana de “estar a serviço da pessoa humana no que ela tem de mais precioso: a vida e a saúde.” (Carta de Princípios da Província Camiliana Brasileira).

ANTONIO CELSO PASQUINI
Diretor Geral – União Social Camiliana

PATRÍCIA HORTA ANDRADE
Diretora de Ensino – União Social Camiliana

LUCIANE LUCIO PEREIRA
Pró-Reitora Acadêmica – Centro Universitário São Camilo, SP

MARIA ISABEL ALVES DUMARESQ
Diretora de Ensino da Educação Básica – Colégio São Camilo
Cardeal Motta, SP

MARCOS ANTÔNIO DA SILVA
Pró-Reitor Acadêmico – Centro Universitário São Camilo Espírito Santo

EDNA MARIA FERRARI VALORY
Coordenadora Pedagógica da Educação Básica – Centro Educacional São Camilo
Espírito Santo

ANSELMO CARRERA MAIA
Diretor Administrativo – Centro Educacional São Camilo Brasília, DF

ANALIZA KUHNEN ZACOPOTOSZEK
Vice-Diretora – Colégio São Camilo Pinhais, PR

COMISSÃO DE ENSINO – UNIÃO SOCIAL CAMILIANA
OUTUBRO/2009

1

HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

1.1. SÃO CAMILO DE LELLIS

Pertencente a uma nobre e tradicional família, Camilo de Lellis foi militar e, pelo seu caráter, expulso da tropa. Viciado em jogo, levava vida profana e decadente. Perdeu todos os seus bens. No momento mais melancólico de sua vida, em uma situação de medicância, Camilo foi tocado pela graça divina, arrependendo-se de todos os seus pecados, passando a dedicar sua vida a servir, por espírito de caridade, aos doentes pobres em hospitais. E diante de tanta dedicação, fundou a Companhia dos Servidores Enfermos, conhecidos como Camilianos. E não é por menos que tornou-se patrono dos enfermos e dos hospitais.

Seu sobrenome remonta à história da Igreja, época de Teodoro de Lellis, o Cardeal Pio II. São Camilo de Lellis, no entanto, fez a própria história e deixou sua fé e sua dedicação aos enfermos, exemplo disseminado pelo mundo.

São Camilo era italiano de Abruzzo, mais precisamente da cidade de Bucchianico. Em 1550, ano de seu nascimento, sua família carregava no sangue virtude, coragem e brio dos que lutaram nas Cruzadas. Seu nascimento coroou o casamento de tantos anos da senhora Camila, a mãe, que até os 60 anos de idade não tinha conseguido dar um herdeiro ao esposo, João.

Foi com 17 anos que Camilo alistou-se como voluntário no exército de Veneza. Naquela época, pôde conviver com o drama dos enfermos com diversas doenças que agonizavam. Foi nessa época, também, que Camilo passou a viver com uma dolorosa úlcera no pé, que o acompanhou até o último dia de vida. Nesse período, também sofreu a perda do pai, e sua vida enveredou-se para os “prazeres mundanos”, como o da jogatina.

A vida de Camilo mudou completamente. Sofreu diante da falta de condições financeiras e de saúde. Doente, não conseguiu local para internar-se, o que o fez partir para Roma, pedindo auxílio no Hospital Santiago, justamente para tratar da chaga no pé direito. Camilo não tinha dinheiro para pagar o tratamento e ofereceu-se para trabalhos de servente e de enfermeiro.

Mal cicatrizada a ferida, Camilo, sem nenhum recurso financeiro, sabendo que o país recrutava voluntários para combater os turcos, optou para essa missão. Não parou tão cedo. Em 1573, mais um comba-

te. Nesse ano, quase restabelecido economicamente, Camilo, mais uma vez, rendeu-se aos “prazeres mundanos”; perdeu tudo no jogo e, por isso, reduzido à miséria. Retornou a Nápoles e prometeu se fazer religioso franciscano. Um ano depois, Camilo esqueceu-se do voto que fizera de se tornar religioso franciscano e mergulhou novamente no jogo. O jogo e a bebida tornaram-se vícios em sua vida. Ficou novamente na miséria. Partiu para Veneza. Passou frio e fome. Não tinha onde morar, nem onde dormir. Em uma das derrotas no jogo, deu como pagamento a própria camisa. Depois de muito perambular, conseguiu abrigo no convento dos capuchinhos, momento em que lembrou do voto de tornar-se religioso. Converteu-se realmente.

Camilo retornou ao Hospital Santiago, dessa vez como mestre da casa. Apesar de doente, tratou dos enfermos como de si. Em 1581, com a saúde precária, decidiu tratar dos doentes gratuitamente. Na época, Camilo foi levado a agir assim diante da exploração, desonestidade e falta de escrúpulos dos médicos para com os doentes. Em 1582, Camilo teve a primeira inspiração de instituir uma companhia de homens piedosos que aceitassem, generosamente, a missão de socorrer os pobres enfermos, sem preocupação de recompensa.

Aos 32 anos, voltou aos estudos, sendo ordenado sacerdote aos 34 anos. Aos 18 de março de 1586, o papa Sixto V aprovou a Congregação Religiosa fundada por Camilo. Em 21 de setembro de 1591, o papa Gregório XIV elevou a Congregação de Camilo ao “status” de Ordem Religiosa.

Na guerra que logo em seguida houve na Hungria, os “Camilianos” trabalharam como primeira unidade médica de campo, cuidando dos feridos. Não bastou a Camilo tomar consigo apenas bons enfermeiros e alguns até médicos, os doentes careciam, também, de assistência religiosa. É evidente que a alma bem cuidada dispõe melhor o corpo para suportar os sofrimentos e sobrepor-se à doença. Vale destacar que antes de ser santo, Camilo não tinha qualquer ligação de fé no Senhor. Muito doente, Camilo renunciou ao cargo de Superior Geral de sua Ordem Religiosa em 1607.

Nos primeiros dias de julho de 1614, já no seu leito de morte, recebeu a última comunhão e deixou as seguintes recomendações:

“Observai bem as regras. Haja entre vós uma grande união e muito amor. Amai, e muito, a nossa Ordem, e dedicai-vos ao apostolado dos en-

fermos. Trabalhai com muita alegria nesta vinha do Senhor. Se Deus me levar para o Céu, vos hei de ajudar muito de lá. As perseguições que sofreu nossa obra vieram do ódio que o demônio tem ao ver quantas almas lhe escaparam pelas garras. E já que Deus se serviu de mim, vilíssimo pecador para fundar miraculosamente esta Ordem, ele há de propagá-las para o bem de muitas almas pelo mundo inteiro. Meus padres e queridos irmãos: eu peço misericórdia a Deus e perdão ao padre Geral aqui presente e a todos vós, de todo mau exemplo que eu pudesse ter dado, talvez mais pela minha ignorância, do que pela má vontade. Enfim, eu vos concedo da parte de Deus, como vosso Pai, em nome da Santíssima Trindade e da bem-aventurada Virgem Maria, a vós aqui presentes, aos ausentes e aos futuros, mil bênçãos”.

Camilo de Lellis faleceu em Roma aos 14 de julho de 1614. Seu féretro foi marcado por muita comoção e acompanhado por uma multidão. Um milagre foi visto naquele dia: enquanto preparavam o corpo de Camilo para o funeral, os médicos, estarrecidos, notaram que a chaga havia desaparecido. O dia de São Camilo é celebrado na data de seu falecimento.

Em 1746, durante uma festa dos Santos Apóstolos Pedro e Paulo, o Papa Bento XIV, no dia 29 de junho, declarou Santo o nome de Camilo de Lellis.

Em 1886, Leão XIII declarou São Camilo, juntamente com São João de Deus, Celestes protetores de todos os enfermos e hospitais do mundo católico.

No dia 28 de setembro de 1930, Pio XI proclamou Camilo “Protetor dos profissionais da Saúde”.

1.2. CARISMA CAMILIANO

Os carismas são dons do Espírito para o bem do povo de Deus. Eles têm por finalidade a construção e o crescimento da comunidade e marcam profundamente aquele que os recebe, arrancando-o do estreito círculo de uma vida prisioneira de projetos pessoais para lançá-lo na grande aventura da história da salvação e no seguimento de Cristo. O fundador de uma comunidade religiosa é sempre um carismático suscitado pelo Espírito, capaz de captar o desígnio do Pai nos sinais do tempo e torná-lo realidade. É um homem de fé e de grande esperança, de visão e de coragem. Ele

avança e arrasta. Torna-se um rio que vence todos os obstáculos, move muitas águas, abre novos caminhos e aponta novas direções.

No tempo de São Camilo, eram fortes os apelos que vinham do mundo dos doentes. Muitos cristãos o ouviram, mas, como o sacerdote levita na parábola do bom samaritano, não perceberam a voz de Deus que fala no coração dos acontecimentos e seguiram seu caminho, levados por muitos compromissos e projetos pessoais. Camilo, sensível à voz do Senhor, que desde a conversão o colocou no caminho do amor, escutou com compaixão aqueles apelos e colocou-se inteiramente a serviço dos doentes. Tornou-se, assim, o bom samaritano, a exemplo de Cristo, cujo amor misericordioso ele mesmo havia experimentado.

Por alguns anos, Camilo lutou sozinho para mudar a situação recorrendo inclusive a maneiras fortes com os colaboradores, mas sem obter grandes resultados. Não tinha ainda entendido que não se pode impor aos demais o que nós entendemos por uma luz interior. O amor não se impõe. Foi numa noite de meados de agosto de 1582 que surgiu a solução: Por que não reunir os homens bons e piedosos, que não faltavam entre os servidores, embora isolados e sem estímulo, e formar com eles uma comunidade de pessoas que se amem como irmãos e se dediquem ao serviço dos doentes por puro amor, com coração de mãe, seguindo as inspirações do Espírito Santo? Era a luz divina que queria fazer de Camilo um camiliano, pai e irmão de uma numerosa família religiosa. Era o carisma de fundador.

Naquele momento de graça, Camilo intuiu claramente a solução, mas sem ter ainda ideia de como a pequena planta se desenvolveria em ordem religiosa que, após quatro séculos, continua a crescer e estender-se com a vitalidade da árvore plantada à margem do rio, cujas raízes afundam na Palavra de Deus.

Camilo era tão apaixonado pelo carisma da misericórdia que, ao falar, se tornava poeta e não conseguia esconder certa ufania: “Recebemos um enorme cabedal de graça do Espírito Santo. Com o serviço aos doentes, temos na mão a pedra preciosa da caridade, da qual fala o evangelho que quem a encontra vende tudo o que possui para adquiri-la. Porque é esta que nos transforma em Deus”.

Na primeira constituição, Camilo exprimiu-se com palavras tão fortes e carregadas de significado que quisemos mantê-las intactas como pre-âmbulo da nova: “Se alguém inspirado por Deus quiser exercer as obras

de misericórdia corporal e espiritual segundo o nosso instituto, saiba que deve morrer a tudo, especialmente a si mesmo, a fim de viver somente para Jesus crucificado, de modo tal que já não se preocupe nem de morte nem de vida, nem de doença, nem de saúde (...) e considere grande vantagem morrer por Cristo Jesus Crucificado, Senhor nosso”.

Na carta testamento, enviada poucos dias antes da morte a todos os coirmãos da Ordem, manifesta ainda toda a sua admiração, gratidão, alegria e entusiasmo pelo carisma, esse “tão grande talento que o Senhor colocou em nossas mãos”. Ele vê o carisma do instituto no centro do evangelho e no coração da igreja: O serviço aos doentes é “tão conforme ao evangelho e à doutrina de Cristo, Nosso Senhor, que tanto o exalta seja no Antigo como no Novo Testamento e com o exemplo de sua santa vida, cuidando dos enfermos e sarando toda sorte de enfermidades”. Cristo uniu indissolavelmente o cuidado pelos enfermos à pregação da boa nova e conferiu à igreja essa missão: “Pregai o evangelho..., curai os enfermos”.

O carisma dos fundadores é transmitido aos discípulos chamados pessoalmente pelo próprio Deus. Esses se empenham em vivê-lo e aprofundá-lo, mas também em renová-lo para tê-lo sempre vivo e atual, capaz de responder aos apelos de todos os tempos e de todos os lugares, em comunhão com a Igreja e em sintonia com a sociedade. Quando muda o ambiente, também os organismos vivos devem mudar, sob pena de virar fósseis. É questão de identidade e de fidelidade à própria missão: mudar para continuar sendo os mesmos.

Após o concílio Vaticano II, para ser fiéis a si mesmos, ao carisma e ao homem, os camilianos procederam a uma reflexão, revisão e reelaboração da própria constituição. A nova constituição abre-se com uma reflexão teológico-pastoral sobre o carisma. Esse vem apresentando como o dom de testemunhar ao mundo o amor sempre presente de Cristo para com os enfermos, dado por Deus à nossa Ordem, parte vinha da Igreja, por meio de São Camilo.

A família camiliana está a serviço da pessoa humana no que ela tem de mais precioso: a vida e a saúde. Seu campo de ação é o mundo da saúde, prevenindo a doença, curando os doentes na globalidade do seu ser e reinserindo-os na sociedade. Em colaboração com outros profissionais, os camilianos - em obediência ao mandato do Cristo: “Pregai o evangelho e curai os doentes” – cumprem sua missão atentos às necessidades da área da saúde, prontos para assumir qualquer serviço segundo suas capa-

idades e competências, tendo sempre em vista a promoção do homem e a construção do reino de Deus. Para estarem sempre à altura da missão, seus estatutos prescrevem que, além dos cursos normais de Filosofia, Sagrada Escritura e Teologia, “os religiosos cultivem a formação sanitária que os tempos exigem, juntamente com as ciências que proporcionam um conhecimento mais completo da pessoa humana. Frequentem cursos de pastoral segundo as necessidades de cada lugar e as capacidades de cada um, cursos de outras ciências afins e do campo da saúde, como sociologia, psicologia, medicina, psiquiatria”. “Nossos religiosos procurem, de todos os modos, difundir a teologia e a pastoral da saúde, ensinar ética profissional, ajudar e incentivar as associações de capelães hospitalares, colaborar na imprensa destinada aos doentes ou ligada de qualquer forma aos problemas do mundo da saúde. Valham-se dos meios modernos de comunicação social aptos para o apostolado” (Disposições Gerais da Ordem n. 11 e 12). Ultimamente, os camilianos têm dado maior ênfase ao estudo e ensino da Bioética, especializando seus membros, abrindo centros de formação no campo da saúde, publicando artigos e livros. Há dez anos fundaram, em Roma, o Camillianum, instituto internacional pontifício de teologia e pastoral da saúde, aberto também a leigos, que confere os graus de mestrado e doutorado, e prepara especialistas para os diversos países e dioceses. A cada carisma corresponde uma característica especial da espiritualidade cristã. A espiritualidade dos camilianos jorra do coração do Evangelho: eles querem ser instrumentos do amor do Cristo para com os doentes, como bons samaritanos (Cf Lc 10,29-37), e, ao mesmo tempo, servir o Cristo em quem sofre (Cf Mt 25,36.40):

“Toda a nossa vida religiosa deverá ser permeada pela amizade de Deus, para que saibamos ser ministros do amor de Cristo para com os doentes. Desta forma, torna-se manifesta em nós aquela fé que, em Camilo, atuava na caridade e pela qual vemos nos doentes o próprio Cristo. Nesta presença de Cristo nos doentes e em quem os assiste em seu nome, encontramos a fonte da nossa espiritualidade” (artigo 13 da Constituição da Ordem).

1.3. CAMILIANOS NO BRASIL

Os camilianos chegaram ao Brasil em setembro de 1922. O iniciador, Pe. Inocente Radrizzani e seu companheiro de missão, Pe. Eugênio Dalla Giacoma, gostavam de recordar a exultação e deslumbramento que

experimentaram à vista da cidade maravilhosa, ainda ornamentada por ocasião da celebração do centenário da independência do Brasil, que eles estavam adotando como sua nova Pátria.

Hoje, os religiosos camilianos estão presentes em oito Estados do Brasil, tendo sua casa mãe e suas principais instituições na capital de São Paulo. Graças aos colaboradores leigos e aos numerosos profissionais formados em seus institutos de ensino. São representados civilmente por diversas entidades beneficentes que atuam na área religiosa, da saúde e do ensino, inspiradas no Evangelho e pautadas pelas diretrizes pastorais e normas éticas da igreja católica, destacando-se a “Sociedade Beneficente São Camilo” (na área do serviço à saúde) e a “União Social Camiliana” (na área do ensino). As entidades e instituições camilianas a visam servir, da melhor maneira possível e sem discriminação, especialmente as camadas mais carentes do nosso povo, reinvestindo em suas finalidades filantrópicas os eventuais resultados econômicos que possam vir a ter.

É o ideal e o empenho dos camilianos garantir saúde holística e condições de vida digna a todos, com atenção especial para os mais abandonados e excluídos.

1.4. EDUCAÇÃO CAMILIANA

É incontestável o trabalho que a São Camilo desenvolve pela Saúde, reconhecido e prestigiado no mercado e no meio acadêmico. Tudo isso sob supervisão da União Social Camiliana, entidade mantenedora dos oito Centros Educacionais distribuídos no País.

As metas estabelecidas e atingidas ao longo dos anos visam, contribuir com a formação, o aperfeiçoamento, o estudo e a pesquisa na área da saúde e social, disseminando o saber às novas gerações.

De acordo com a filosofia camiliana, a noção de saúde está vinculada ao bem-estar integral do ser humano: “Educar para promover a saúde é um meio de desenvolver a sociedade e de minimizar a desigualdade entre as pessoas”.

Para honrar os benefícios e os resultados positivos desse empenho, a São Camilo não mede esforços para dividir com a comunidade os frutos dessa produção de conhecimento e prestação de serviços.

2

UNIÃO SOCIAL CAMILIANA
MANTENEDORA

A União Social Camiliana é uma entidade civil, de assistência social e sem fins lucrativos, de direito privado, instituída no dia 10 de fevereiro de 1954, na cidade de Santos-SP. É, hoje, a entidade dos Religiosos Camilianos no Brasil que responde pela educação, prioritariamente na área da saúde, tendo como objetivos: manter e desenvolver o ensino, a educação e a pesquisa; promover a divulgação de pesquisas e a publicação de obras; colaborar com entidades e órgãos públicos e privados nas atividades de formação de recursos humanos, materiais e espirituais. Nas suas primeiras décadas de existência, era uma entidade de caráter mais assistencial caritativo, em socorro aos pobres da Baixada Santista.

Atualmente, a São Camilo está presente em oito Estados brasileiros: São Paulo, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Bahia, Minas Gerais, Distrito Federal, Rio Grande do Sul e Paraná, representada por suas unidades educacionais.

As atividades educacionais dos camilianos na área da saúde no Brasil iniciaram-se em 1963, com a Sociedade Beneficente São Camilo. Foi uma resposta à necessidade de suprir os hospitais com recursos humanos qualificados. No Hospital São Camilo-SP, no bairro da Pompeia, instalou-se uma Escola de Auxiliares de Enfermagem.

Em 1975, foram criadas as Faculdades Ciências da Saúde São Camilo, com o curso de graduação em Nutrição, o primeiro curso de nível superior dos camilianos no país. Posteriormente, foram instalados os cursos de Enfermagem, Fonoaudiologia e Administração Hospitalar. Em 1978, quando a União Social Camiliana (USC) transferiu sua sede para São Paulo, assumiu os cursos na área da saúde que, até então, estavam sob responsabilidade da Sociedade Beneficente São Camilo, entidade camiliana pioneira no País.

Em 1989, a União Social Camiliana assumiu as atividades educacionais em Cachoeiro do Itapemirim, no Estado do Espírito Santo, da então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Madre Gertrudes de São José e do ICE – Instituto Cachoeirense de Ensino. A tradição na formação de Administradores Hospitalares fez com que o MEC credenciasse a unidade de ensino superior camiliana localizada em Belo Horizonte-MG, pela Portaria de 25 de setembro de 2003. Teve então, início o curso de Administração Hospitalar, que funciona nas mesmas instalações do Centro

Educacional São Camilo, instalado em 16 de janeiro de 1997, com os cursos técnicos e de pós-graduação.

No início da década de 1990, as Faculdades passaram a ser denominadas Faculdades Integradas São Camilo, transformando-se em Centro Universitário São Camilo – São Paulo em 17 de novembro de 1997. No mesmo ano, foi adquirido imóvel para construção do *campus* Pompeia, no Bairro de Vila Pompeia, em São Paulo. Em 16 de fevereiro de 2001, o então Círculo Social do Ipiranga teve suas atividades assumidas pelos camilianos. Foram agregadas à União Social Camiliana as duas unidades de educação básica, do Colégio Cardeal Motta. A história do Colégio Cardeal Motta é uma página à parte: fundado em 1957 pelo Padre Balint, recebeu o nome em homenagem ao então Cardeal de São Paulo, Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, patrono da escola, que lançou a pedra fundamental em 1953.

A Unidade Educacional de Porto Alegre-RS foi instalada em 23 de abril de 1997, com objetivo de ministrar cursos de pós-graduação. Em 30 de julho de 2003, obteve autorização de funcionamento da Secretaria de Estado de Educação do Rio Grande do Sul, surgindo, assim, o Centro Educacional São Camilo-RS.

A Escola São Camilo de Brasília, atual Centro Educacional São Camilo-DF, foi incorporada à União Social Camiliana em 20 de outubro de 1999, mantendo um ensino diferenciado na Educação Infantil e Ensino Fundamental na Capital Federal.

A Faculdade de Enfermagem Luiza de Marillac, escola de Enfermagem mais antiga do Brasil, teve suas atividades assumidas em 12 de outubro de 1993. Em 2001, a São Camilo-RJ implantou o curso de graduação em Administração Hospitalar. Vários cursos são oferecidos pelo Centro de Pós-Graduação São Camilo-RJ.

A São Camilo-BA instalou, em 1º de dezembro de 1989, o Centro de Pós-Graduação São Camilo, para atender às áreas de Administração Hospitalar e Gestão da Saúde. O credenciamento das Faculdades São Camilo-BA aconteceu em 09 de setembro de 1997. Essa unidade também possui Ensino Profissionalizante.

O Colégio São Camilo localizado no Estado do Paraná é a mais nova unidade da organização camiliana. Foi inaugurado no dia 05 de março de 2005 e nasceu com o objetivo maior de preparar jovens vocacionados a

seguirem a vida religiosa. O Colégio São Camilo oferece à comunidade pinhalense e a toda a região o mesmo ensino de qualidade que, antes, era restrito aos seminaristas.

2.1. MISSÃO

Promover o desenvolvimento do ser humano por meio da educação e da saúde, segundo os valores camilianos.

2.2. VISÃO

Ser uma organização de referência nas áreas da educação e da saúde com ações que promovam a melhoria da qualidade de vida na sociedade.

2.3. VALORES ESSENCIAIS

- Valorização da vida e saúde da pessoa humana, sobretudo as mais carentes e excluídas e de seus profissionais.
- Respeito e defesa incondicional dos valores humanos, éticos, cristãos e eclesiais dentro de uma visão holística e ecumênica.
- Servir com amor evangélico e competência profissional, primando pela atenção, respeito e cuidado personalizado.
- Valorização de sua administração como o exercício eficiente e eficaz do carisma camiliano.

2.4. CARTA DE PRINCÍPIOS²

1. A Província Camiliana Brasileira da Ordem dos Ministros dos Enfermos – Padres e Irmãos Camilianos – declara publicamente seu compromisso de fidelidade aos ideais do fundador, São Camilo de Lellis, atualizando seu carisma e espiritualidade para servir, com amor evangélico e competência profissional, às novas gerações em suas múltiplas necessidades, dando atenção preferencial aos mais carentes e excluídos da sociedade.
2. A missão profética que herdamos do nosso fundador, e que somos chamados a levar adiante, consiste em “testemunhar no mundo o amor sempre presente de Cristo para com os doentes”, no respeito e defesa incondicional dos valores humanos, cristãos e católicos. Em conformidade com esta missão, os Camilianos dão ênfase especial à valorização da vida e saúde, da pessoa humana, de seus profissionais, e à competente e fiel administração de suas obras.
3. Quanto à valorização da vida e saúde, os camilianos, seus profissionais e respectivas entidades respeitarão todas as suas dimensões – biológica, psíquica, social e espiritual. Empenhar-se-ão em promovê-las e cuidá-las, até o limite de suas possibilidades, segundo os valores éticos, cristãos e eclesiais, dentro de uma visão holística e ecumênica, repudiando tudo quanto possa agredir ou diminuir sua plena expressão.
4. Quanto à valorização da pessoa, as entidades camilianas caracterizar-se-ão pelo reconhecimento e defesa da dignidade fundamental de todos os seres humanos, criados à imagem e semelhança de Deus. Os que atuam em instituições camilianas deverão primar pela atenção, respeito, cuidado personalizado e amor efetivo para com todos os que utilizarem seus serviços, sem discriminação.
5. Quanto à valorização de seus profissionais, as entidades camilianas reconhecerão neles seu principal e verdadeiro patrimônio, conscientes de que é por seu intermédio e graças à sua dedicação que serão preservados os valores ora professados em favor

2. Este documento foi atualizado a partir das conclusões do I Encontro de Líderes Leigos Camilianos (São Paulo, 08 a 09 de abril de 2002) e aprovado pelo Conselho da Província Camiliana Brasileira em sua reunião ordinária mensal de 10/05/2002.

da vida e saúde da pessoa humana. Cientes do seu valor, as entidades camilianas desenvolverão e aplicarão uma política de recursos humanos que possibilite, de forma integrada, o desenvolvimento, a capacitação profissional e formação espiritual de seus profissionais, propiciando um clima de união, fraternidade e corresponsabilidade entre todos os integrantes de suas instituições assistenciais, educacionais, sociais e religiosas. A eles seja oferecida e incentivada também a oportunidade de envolvimento na saúde comunitária e no engajamento voluntário.

6. Quanto à administração, as entidades camilianas empenhar-se-ão na busca incessante de conhecimentos humanos, éticos, científicos, tecnológicos e pastorais capazes de garantir a utilização racional dos recursos disponíveis em benefício da humanização e da qualidade dos serviços na comunidade, segundo o ideal de São Camilo. Além da excelência administrativa, as entidades camilianas terão sempre presente o compromisso fundamental de respeito e preservação dos valores que professamos, colocando-se efetivamente a serviço da vida e saúde das pessoas, sobretudo as mais carentes e excluídas e valorizando seus profissionais. Desta forma, a administração não terá um fim em si mesma, mas será um excelente instrumento para a viabilização da visão cristã de valores no mundo da saúde, bem como para o exercício eficiente e eficaz do carisma camiliano, tornando-nos agentes de transformação.
7. As entidades camilianas estudarão e estabelecerão estratégias adequadas que possibilitem a avaliação de seus recursos e energias, para desenvolvê-los sempre mais, respeitadas suas respectivas áreas de atuação social, assistencial e educacional. Elas buscarão a integração, sinergia de esforços e recursos, mútua ajuda e colaboração, parcerias em áreas afins, fortalecendo-se na unidade e missão, em vista da promoção e construção de uma sociedade mais saudável, justa e solidária.

2.5. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DA EDUCAÇÃO CAMILIANA

A União Social Camiliana tem como Política de Ensino, para todos os níveis da educação, contribuir para uma formação humanística fundamen-

tada na ética, conjugando o conhecimento científico e a espiritualidade, numa atitude de compreensão da pessoa e da sociedade, no contexto de suas manifestações socioculturais e do meio ambiente, proporcionando a formação da pessoa nas áreas da saúde e da educação, desenvolvendo a competência técnica, política, estética e ética, numa ação sistêmica e perene na construção do futuro.

Objetivos estratégicos:

- Desenvolver um trabalho que promova a melhoria da qualidade de vida na sociedade;
- Valorizar o estudo da Bioética;
- Educar para o exercício da cidadania;
- Avaliar sistemática e criticamente seus processos de ensino e aprendizagem, proporcionando o estímulo à incorporação de novas práticas pedagógicas;
- Estabelecer a humanização e a ética como eixo norteador e transversal em todos os projetos pedagógicos;
- Valorizar as ações que visem ao bem-estar de todas as pessoas da comunidade acadêmica;
- Fortalecer as ações que visem à integração ensino, pesquisa e extensão;
- Sensibilizar a comunidade acadêmica para o processo contínuo e permanente de ensino e aprendizagem;
- Incentivar os processos acadêmicos que estejam focados na valorização da autonomia discente;
- Incentivar a utilização dos resultados dos processos de avaliação para fundamentar o planejamento acadêmico, visando à superação de deficiências e à consolidação das experiências bem sucedidas;
- Estimular a integração entre Educação Básica, Profissional e Superior.

2.6. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

A União Social Camiliana tem como Política para a Educação Básica proporcionar uma visão de ser humano e sociedade que exprima uma

concepção humanística, cristã e camiliana, contribuindo para a formação integral do aluno.

Objetivos Estratégicos:

- Promover um espaço aberto de comunicação entre todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem;
- Possibilitar a convivência em diferentes inserções sociopolíticas e culturais, preparando o aluno para o exercício consciente da cidadania;
- Transformar a escola em espaço social de construção dos significados éticos necessários e constitutivos de toda e qualquer ação de cidadania;
- Garantir condições para que o aluno construa instrumentos de aprendizagem para um processo de educação permanente;
- Promover a discussão permanente acerca das teorias e metodologias de ensino, entre as unidades camilianas, estimulando o intercâmbio de experiências, em busca de um equilíbrio nas formas de pensar Educação;
- Oferecer subsídios para a capacitação do docente camiliano, a fim de que ele seja um facilitador da aprendizagem num espaço dialógico;
- Valorizar a inserção da família na escola, tornando-a partícipe do processo ensino-aprendizagem;
- Proporcionar oportunidades de vivência por meio de práticas da educação inclusiva.

2.7. HISTÓRICO DAS UNIDADES CAMILIANAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA

2.7.1. Centro Educacional São Camilo/DF

SGAN 914 – Conjunto G – Asa Norte

CEP 70790-140

Fone: (61) 3273 0126

www.saocamilo-df.br

O Centro Educacional São Camilo foi inaugurado em junho de 1981, originalmente com o nome de Escola São Camilo. Tinha como mantenedora a Sociedade Beneficente São Camilo, que o transferiu para a União Social Camiliana a partir de 1999.

Foi criado para atender, inicialmente, crianças de até 6 anos, tendo seu projeto de construção sido elaborado de acordo com os padrões da OMEP – Organização Mundial do Ensino Pré-escolar.

A partir de 1984, passou a oferecer ensino para alunos de 1ª a 4ª série, fato que exigiu ampliações em suas instalações. Foram construídas mais salas, visando garantir maior comodidade e melhor atendimento para a clientela, a saber: salas-ambiente, sala de orientação pedagógica, de professores, de leitura, sala para vídeo, mecanografia, além de novas instalações sanitárias para alunos, professores e colaboradores, compatíveis com as novas exigências. Além disso, foi construído um auditório com capacidade para quatrocentas pessoas.

Em 2004, procedeu-se à continuidade do ensino fundamental de 5ª a 8ª série.

2.7.2. Centro Educacional São Camilo/ES

Rua Padre Franco, s/nº – Bairro Gilberto Machado
Cachoeiro de Itapemirim
CEP 29303-330
Fone: (28) 3521 9975
www.saocamilo-es.br

O Centro Educacional São Camilo, inicialmente denominado Instituto Cachoeirense de Ensino, foi fundado em 1969, na cidade de Cachoeiro de Itapemirim-ES. Suas primeiras instalações funcionaram na Avenida Pinheiro Júnior, 139, Centro, com turmas de Pré-Escola e de 1ª a 4ª série.

Devido à extensão de séries, a Escola mudou-se para a Rua Anphilóphio Braga, s/nº, Morro do Santana, de propriedade do IPA – Instituto Padre Anchieta. Em 1981, novamente se transferiu para a Avenida Lacerda de Aguiar, s/nº, Bairro Amarelo, funcionando em apenas um andar do prédio.

Em 1990, a Escola, sob nova direção, ocupou todas as instalações do prédio da Avenida Lacerda de Aguiar. Ainda em 1990, conseguiu autori-

zação para o funcionamento do Ensino Médio, implantando as primeiras turmas.

Em 30 de junho de 1992, o estabelecimento foi transferido para a União Social Camiliana, proprietária do imóvel. A partir dessa data, adotou nova linha de ensino e nova metodologia de trabalho.

Desde fevereiro de 2004, sob a atual denominação, a Educação Básica funciona em dois *campi*. O Campus I continua nas mesmas instalações do Centro Universitário São Camilo. A rua onde está localizado recebeu o nome de seu fundador, Rua São Camilo de Lellis, nº 01, onde funciona o Ensino Médio. No Campus II, funcionam a Educação Infantil e o Ensino Fundamental. A incorporação do nome São Camilo teve por objetivo unificar a imagem corporativa dos camilianos na área da educação, no Brasil.

A partir de 2005, o Centro Educacional São Camilo passou a oferecer, também, os Cursos Técnicos e, em 2007, começou a funcionar com o Ensino Fundamental de nove anos.

2.7.3. Colégio São Camilo – Cardeal Motta/SP

Rua Paulo Bregaro, 400 – Ipiranga

CEP 04261-000

Fone: (11) 2588 4500

www.colegiosaocamilo.com.br

O tradicional Colégio Cardeal Motta passou, a partir de janeiro de 2002, a ser administrado pelo Centro Universitário São Camilo, uma das unidades mantidas pela União Social Camiliana.

Iniciou suas atividades em 1957, com o nome de Educandário Cardeal Motta. O nome “Cardeal Motta” foi conferido, a pedido do fundador, Padre Balint, em homenagem ao então Cardeal de São Paulo, Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta.

Naquela época, oferecia os cursos: pré-primário, primário fundamental e primário complementar. Em 1960, foi instalado o curso ginásial, em 1961, o então chamado ensino colegial clássico e científico. Em 1966, teve início o curso normal (formação de professores primários) e, em 1978, foi aberta à Comunidade a Unidade II.

Hoje, oferece cursos da Educação Básica – Ensinos Fundamental e Médio e Cursos Técnicos.

2.7.4. Colégio São Camilo – Pinhais/PR

Rua 22 de abril, 97 – Estância

Pinhais – Paraná

CEP 83323-240

Fone: (41) 3653 0808

www.saocamilo.br/pr

O Colégio São Camilo – Ensino Médio, mantido inicialmente pela Província Camiliana Brasileira, está situado na cidade de Pinhais, Estado do Paraná, faz parte do Núcleo Regional de Ensino Área Metropolitana Norte e oferece os cursos de Educação Básica – Ensinos Fundamental e Médio.

Em 1966, iniciou-se a construção de um Seminário no então Distrito de Pinhais, Município de Piraquara, que foi doado aos Camilianos pelo Comendador Humberto Scarpa, da Ordem de Malta. Em 1967, o prédio estava pronto e foi destinado pela Província para abrigar noviços e clérigos. Já no início do mesmo ano, o seminário recebeu 10 noviços e 14 clérigos, estudantes de filosofia.

Com a abertura do Seminário, os Camilianos passaram a assumir a Paróquia Nossa Senhora da Boa Esperança de Pinhais, cuja igreja se situa atrás do Seminário.

Em 1984, começaram as atividades do Colégio São Camilo, ensino de 2º Grau, tendo como seu primeiro diretor o Padre Arlindo Toneta. A Província decidiu agrupar em Curitiba todos os estudantes do então 2º grau; as aulas seriam ministradas pelos Camilianos e professores contratados.

No final do ano de 2004, a Província passou para a União Social Camiliana o Colégio São Camilo, com a responsabilidade de oferecer à comunidade Pinhalense o mesmo ensino de qualidade oferecido aos seminaristas. Em 2005 e 2006, além do Ensino Médio, foram autorizados os cursos técnicos de Enfermagem e Podologia.

Em 2010, os cursos técnicos foram encerrados e iniciaram-se atividades do Ensino Fundamental II com turmas do 6º ao 9º ano.

3

ESCOLAS CAMILIANAS: CONFESSIONAIS E CATÓLICAS

Dentro de sua concepção humanística, cristã e camiliana, as instituições educacionais mantidas pela União Social Camiliana não se podem furtar a uma visão de homem e sociedade que exprima essa concepção.

Num contexto eclesial, a Educação Camiliana partilha da visão da Educação como um processo histórico e social que:

- a) envolve a pessoa toda e todas as pessoas em sua totalidade, ao longo da vida. Isso alcança o ser humano em todas as suas fundamentais dimensões e relações, em suas várias modalidades.
- b) impulsiona o desenvolvimento do ser humano, de suas potencialidades e capacidades, respeitando sua dignidade, seu projeto histórico e sua plena realização como pessoa concreta e criatura de Deus.
- c) desenvolve o “aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver, aprender a ser.”

Inserida num contexto de Educação cristã, apresenta, entretanto, um estilo próprio de educar, que traz a atualização do Carisma Camiliano e traduz-se numa educação que busca:

- servir, com amor evangélico e competência profissional, às novas gerações em suas múltiplas necessidades, dando atenção preferencial aos mais carentes e excluídos da sociedade;
- o respeito e defesa incondicional dos valores humanos, cristãos e católicos;
- o respeito ao ser humano em todas as suas dimensões – biológica, psíquica, social e espiritual;
- a promoção e o cuidado da vida, até o limite de suas possibilidades, segundo os valores éticos, cristãos e eclesiais, dentro de uma visão holística e ecumênica, repudiando tudo quanto possa agredir ou diminuir sua plena expressão;
- o reconhecimento e a defesa da dignidade fundamental de todos os seres humanos, criados à imagem e semelhança de Deus;
- a valorização dos profissionais e colaboradores, reconhecendo neles seu principal e verdadeiro patrimônio, conscientes de que é por seu intermédio e graças a sua dedicação que serão preservados os valores camilianos;

- a busca incessante de conhecimentos humanos, éticos, científicos, tecnológicos e pastorais capazes de garantir a utilização racional dos recursos disponíveis em benefício da humanização e da qualidade dos serviços na comunidade, segundo o ideal de São Camilo.

4

EDUCAÇÃO BIOÉTICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

O tema Ética, nos Parâmetros Curriculares Nacionais, constitui-se na possibilidade de, à luz da lei, abrir discussões sobre o assunto no meio escolar, considerado um espaço privilegiado para uma educação em valores, apontando o desafio de instalar no processo ensino e aprendizagem, que acontece em cada uma das áreas de conhecimento, uma constante atitude crítica, de reconhecimento dos limites e possibilidades dos sujeitos e circunstâncias, problematização das ações, relações, dos valores e regras que os norteiam no cotidiano escolar, proporcionando às crianças condições para o desenvolvimento da autonomia, posicionando-se diante da realidade, fazendo escolhas, estabelecendo critérios, participando da gestão de ações coletivas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e os Parâmetros Curriculares Nacionais nos trazem a base e a indicação de sua viabilidade, para uma educação bioética, pois além de destinar-se a todos os brasileiros, objetivam alcançar e fortalecer a meta maior, que é a formação do cidadão.

A justificativa desse estudo recai sobre a importância de se refletir sobre os processos educativos e formativos, na visão humanista, na infância como condição da formação dos adultos que se tornarão no futuro.

Lepargneur (2006) complementa:

“O futuro de um país se prepara na educação; o presente da humanidade se decide essencialmente em algumas disciplinas, entre as quais, a Bioética tem lugar de destaque. Por isso, cabe a toda a nação as relações que entende entreter entre educação e bioética”.

Paulo Freire, renomado educador brasileiro, serve-nos como referencial da concepção de educação, em função de seu destaque na área, voltado tanto para a escolarização como para a formação da consciência, numa perspectiva autônoma de Educação, pois compreende a escola como um lugar de construção do saber com justiça social, promovendo a discussão de temas, como ética, direitos humanos, diversidade, participação política e paz como eixos integradores do desenvolvimento curricular.

A Bioética tem como objeto de estudo os valores que movem a sociedade. Desse modo, a Bioética não espera uma padronização de valores, ela exige uma reflexão sobre eles, que implica a escolha que pressupõe liberdade. Assim, como para Freire não há educação sem liberdade, tam-

bém não há Bioética sem liberdade. O exercício da Bioética implica a concretização das escolhas, devendo serem realizadas sem preconceito, coação ou coerção.

O objetivo da Educação Básica, segundo a LDB em seu artigo 22, é assegurar a todos os brasileiros a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhes os meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores (BRASIL, 1996).

O objetivo da política nacional de educação deve se harmonizar com os objetivos fundamentais da própria República, fixados pela Constituição Federal de 1988: construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização; reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade ou quaisquer outras formas de discriminação (BRASIL, 1988). Reduzir desigualdades sociais e regionais se traduz na equalização das oportunidades de acesso à educação de qualidade.

4.1. A LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (LDB)

Regulariza, em âmbito nacional, a base comum do currículo, a carga horária, a presença mínima em aula e as formas de promoção de série, cabendo aos estados, municípios e às escolas a normatização das peculiaridades regionais e locais.

A lei 9394/96 nos diz:

“A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. Nesse sentido, compreende-se que a lei indica que o aluno deve ter uma formação comum que lhe permita o exercício da cidadania, ou seja, aponta-se que a educação não seja apenas a transmissão do conhecimento, mas sim muito mais do que isso, falamos aqui de formação do sujeito” (Brasil, 1996)³.

Freire (1996) reforça essa ideia quando foca que vivemos em uma sociedade dividida em classes, sendo que os privilégios de uns impedem

3. Lei 9394/96 – artigo 12, incisos I e VII

que a maioria usufrua dos bens produzidos e coloca como um desses bens produzidos e necessários para concretizar a vocação humana de ser mais: a educação, da qual é excluída grande parte da população do terceiro mundo. Refere-se, então, a dois tipos de pedagogia: a pedagogia dos dominantes – a educação existe como prática da dominação e a pedagogia do oprimido – onde a educação surgiria como prática da liberdade.

Para que esses objetivos possam ser, de fato, efetivados, há necessidade de se incorporar a questão ética, dentre outras, na qual a aprendizagem e a construção do conhecimento possam ocorrer por meio da inclusão, num processo em que haja a interrelação entre os envolvidos.

4.2. OS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS (PCNs)

Os Parâmetros Curriculares Nacionais são documentos do Ministério da Educação e Cultura (MEC) que servem de base para a orientação pedagógica das escolas públicas e privadas de todo o Brasil. Tratam da autonomia de cada escola na organização dos currículos, ou seja, trazem a concepção de cidadania de que o sujeito autônomo, dotado de livre capacidade de escolha, relaciona-se com outros nas mesmas condições.

Tratando-se de uma questão polêmica, a resposta dada pelos Parâmetros Curriculares Nacionais é afirmativa: cabe à escola empenhar-se na formação moral de seus alunos (BRASIL, 1997, p. 51).

Freire (2001) reforça essa ideia quando afirma que educar é construir, libertar o homem do determinismo, reconhecendo seu papel na História e sua identidade cultural, tanto na dimensão individual como na social. Sem respeito à identidade do aluno, sem autonomia, sem levar em conta as experiências vividas pelos alunos antes de chegar à escola, a prática educativa torna-se inoperante, sem significado, sem razão.

A escola como uma instituição pela qual se espera que passem todos os membros da sociedade, coloca-se na posição de ser mais um meio social desses indivíduos, podendo convergir ou conflitar com outros meios sociais que frequentam ou estão expostos. Nesse sentido, podemos apontar que, para a efetivação de uma educação bioética, é necessário que a escola assuma claramente sua posição de educar seus alunos dentro dos referenciais bioéticos e que seja um lugar onde os valores morais são pensados, refletidos e não impostos. Deve ser o lugar onde os alunos e professores desenvolvam a arte do diálogo.

Para a realização do trabalho educativo que tenha como objetivo a contribuição para a construção da cidadania, é necessária ao professor, como requisito primeiro e essencial, a preparação para esse trabalho. Seria ingênuo acreditar que ao professor caberia apenas o desenvolvimento de conteúdos, em determinadas disciplinas, de forma fragmentada, sem relação com os aspectos da vida cotidiana, ou, na pior das hipóteses, em palestras estanques, em leituras específicas, dadas apenas em determinados momentos.

Um projeto pedagógico que inclua o trabalho com os temas transversais exige dos envolvidos o redimensionamento de sua ação, uma vez que envolve além do conteúdo específico, o trabalho com valores. Assim, todas as áreas do conhecimento e os temas transversais têm contribuições a oferecer no sentido de incentivar a formação de valores fundamentais para a formação do cidadão.

A Ética, por seu caráter reflexivo, implica problematização. Dessa maneira, a sua inserção no currículo traz dois desafios: o de não aparecer de forma superficial e de não ser imposta de forma autoritária. Deve visar ao desenvolvimento da autonomia moral pelos alunos, fundamental para que possam compreender e atuar de maneira crítica diante de valores e regras sociais, conhecendo e elegendo princípios e pautando-se por eles; o educando constrói seus valores bioéticos na medida em que ele mesmo desenvolve autonomia, capacidade reflexiva e capacidade de escolha.

Outro documento de importância para o tema é “A Declaração sobre ciência e o uso do conhecimento científico”, publicado em 1999 pela UNESCO, no qual é enfatizada a ética e a responsabilidade da ciência, devendo integrar todos os projetos educacionais, visando a que os alunos adquiram consciência sobre os dilemas éticos que marcam a sociedade e com os quais se depararão em seu futuro, quando profissionais, atuando nas diversas áreas. Esse documento nos aponta a importância de nossa reflexão entre a dimensão educacional e a dimensão bioética (UNESCO, 1999).

Retomando as questões dos referenciais bioéticos, Hossne (2006) explicita que os referenciais “englobam, coisas além de direitos e deveres e que devem ser, também, pontos de referência para a elaboração da reflexão bioética”, o que nos indica a viabilidade de uma educação bioética, iniciada na Educação Básica, para se tornar, assim, um assunto pertinente a essa geração, estendendo-se a toda a sociedade.

A Bioética é um tema de mais alta importância e jamais pode estar desvinculado da ideia de educação. A própria educação só tem sentido se for intrinsecamente ética (ZANCANARO, 2006, p. 161).

Ao educador, ao se apropriar da tarefa de educar, cabe a responsabilidade de pensar ações que possam responder a uma realidade fundamental: Que tipo de homem e de sociedade queremos? A partir de que valores? A Bioética não é uma nova ética. É apenas uma necessidade de pensar os problemas oriundos dos avanços da ciência, os seus impactos sobre a vida humana e de todas as formas de vida sob o olhar da ética (ZANCANARO, 2006, p. 161-162).

A possibilidade de uma educação bioética nas palavras de Zancanaro (2006, p. 174):

“A educação deve inspirar-se nos fundamentos da bioética. O que ela aspira são os grandes desafios que historicamente a humanidade sempre almejou: a dignidade humana, a qualidade de vida, a justiça, a autonomia. Educar para a autonomia é ensinar a buscar a realização e não a destruição. Este é o verdadeiro significado de uma educação voltada para a Bioética. Cada geração necessita fazer esse esforço”.

Na análise dos documentos Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e dos Parâmetros Curriculares Nacionais, apontamos a preocupação com uma educação em valores, entendida em alguns pontos como educação para cidadania e educação moral. Da mesma forma, em complementação à lei, os parâmetros curriculares nacionais, em seu volume dos temas transversais – ética, nos mostram que o trabalho pedagógico pode ser desenvolvido nessa temática.

Sem dúvida, a Bioética, então, pode contribuir muito para isso e, sendo a São Camilo uma instituição preocupada com a vida e com a ética, pressupõe-se que o ensino, desde a educação básica, tenha como um de seus objetivos a discussão e a possibilidade de reflexões sobre as condutas humanas em geral, e dos desdobramentos que cada conduta pode levar ao desenvolvimento moral e ético dos alunos e, por conseguinte, da sociedade. Uma educação pautada em valores, construída em relações mais justas, democráticas e solidárias constitui o benefício, mostrando que educação e a bioética possuem fortes vínculos, possibilitando ao aluno tornar-se um sujeito ativo e autônomo.

5

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

“Nossos conhecimentos não provêm nem da sensação nem da percepção isoladamente, mas da ação global, de que a percepção participa apenas como função de sinalização. Próprio da inteligência não é contemplar, mas “transformar”, e seu mecanismo é essencialmente operatório. Ora, as operações consistem em ações interiorizadas e coordenadas em estruturas de conjunto (reversíveis etc); se desejarmos explicar esse aspecto operatório da inteligência humana convirá partir da ação – e não apenas da percepção”. (Piaget citado em CHIAROTTINO, 1984, p. 104)

Uma das tarefas de maior importância na educação é a de fornecer condições a cada indivíduo de preparar-se para o exercício consciente da cidadania. Para isso, cada indivíduo deve estar preparado para compreender si mesmo e o outro, por meio de um melhor conhecimento do mundo.

Cabe ao campo educacional propiciar aos alunos modos de vivenciar as diferenças de inserção sociopolítica e cultural entre os cidadãos, questão particularmente relevante num país como o nosso, marcado pela desigualdade social, pela disparidade regional e por uma notável diversidade cultural, produto, inclusive, da extensão territorial e das peculiaridades históricas, étnicas e antropológicas de cada região. Apresenta-se para a escola, hoje, mais do que nunca, a necessidade de assumir-se como espaço social de construção dos significados éticos necessários e constitutivos de toda e qualquer ação de cidadania.

Nessa busca, o sistema educativo tem por responsabilidade dar uma instrução que não se identifique, apenas, como simples matéria de ensino entre outras. Não se trata de ensinar os códigos ou preceitos, mas trata-se de fazer da escola um modelo de práticas democráticas, que levem o educando à compreensão, a partir de problemas concretos, de seus direitos e deveres, e de como o exercício da sua liberdade é limitado pelo exercício dos direitos e da liberdade dos outros.

Hoje, é imprescindível ao ser humano saber que não pode deixar de lado o cuidado consigo próprio, com o outro e com o meio ambiente, temas que ganharam destaque, o que faz com que não sejam vistos somente como questões locais ou individuais, mas mundiais. Nesse sentido, é papel preponderante da escola propiciar o domínio dos recursos capazes de levar à discussão desses temas e à sua utilização crítica na perspectiva da participação social e política.

A educação básica deve, ainda, garantir condições para que o aluno construa instrumentos que o capacitem para um processo de educação

permanente. Isso coloca novas demandas para a escola, criando, assim, condições de acordo com a capacitação para aquisição e desenvolvimento de novas competências, em função de novos saberes, que se produzem e demandam um novo tipo de profissional, preparado para lidar com novas tecnologias e linguagens, capaz de responder a novos ritmos e processos.

É necessário que, no processo ensino-aprendizagem, seja explorada a aprendizagem de metodologias capazes de priorizar a construção de estratégias de verificação e comprovação de hipóteses na construção do conhecimento; a construção de argumentação capaz de controlar os resultados desse processo; o desenvolvimento do espírito crítico capaz de favorecer a criatividade; a compreensão dos limites e alcances lógicos das explicações propostas. Além disso, é necessário ter em conta uma dinâmica de ensino que favoreça não só o descobrimento das potencialidades do trabalho individual, mas também, e, sobretudo, do trabalho coletivo. Isso implica o estímulo à autonomia do sujeito, desenvolvendo o sentimento de segurança em relação às suas próprias capacidades, interagindo de modo orgânico e integrado num trabalho de equipe e, portanto, sendo capaz de atuar em níveis de interlocução mais complexos e diferenciados.

5.1. PRINCÍPIOS ÉTICO-POLÍTICOS

A União Social Camiliana fundamenta-se em um conjunto de princípios éticos e políticos que norteiam sua missão, tendo por base sua Carta de Princípios, em que declara a fidelidade aos ideais do fundador da Ordem dos Ministros dos Enfermos, São Camilo de Lellis.

Os Camilianos estão convictos dos benefícios da educação e da instrução, da melhoria das condições de saúde e condições sociais do povo, considerando que cada pessoa é responsável pelo seu autodesenvolvimento físico, intelectual, moral, ético e espiritual.

Além dos princípios de religiosidade, respeito a si mesmo, ao próximo e à natureza, a sensibilidade e competência profissional, os princípios a seguir, devem ser considerados:

5.1.1. Construção da Cidadania

As escolas camilianas, ao tomarem para si o objetivo de formar cidadãos capazes de atuar com competência e dignidade na sociedade, busca-

ção eleger, como objeto de ensino, conteúdos que estejam em consonância com as questões sociais marcantes de cada momento histórico, cujas aprendizagem e assimilação são as consideradas essenciais para que os alunos possam exercer seus direitos e deveres. Para tanto, ainda será necessário que a instituição escolar planeje um conjunto de práticas com o propósito de contribuir para que os alunos se apropriem dos conteúdos de maneira crítica e construtiva. A escola, por ser uma instituição social com propósito explicitamente educativo, tem o compromisso de intervir efetivamente para promover o desenvolvimento e a socialização de seus alunos.

A necessidade de ter-se educação com nível mais elevado e em constante renovação faz com que a escola leve em consideração o desenvolvimento individual e o contexto sociocultural de seus alunos na definição de conteúdos. Isso porque objetiva que seus discentes possam levar uma vida com sentido, conquistar um rumo na sociedade, enfrentar os inúmeros novos desafios e evitar cair em uma situação sem identidade e objetivos claros.

A preparação para uma participação ativa na vida de cidadão tornou-se, para a educação, uma missão de caráter geral, uma vez que os princípios democráticos se expandiram.

O desenvolvimento de capacidades, como as de relação interpessoal, cognitivas, afetivas, motoras, éticas, estéticas de inserção social, torna-se possível por meio do processo de construção e reconstrução de conhecimentos. Essa aprendizagem é exercida com o aporte pessoal de cada um, o que explica por que, a partir dos mesmos saberes, há sempre lugar para a construção de uma infinidade de significados e não a sua uniformidade. Os conhecimentos que se transmitem e se recriam na escola ganham sentido quando são produtos de uma construção dinâmica operada na interação constante entre o saber escolar e os demais saberes, entre o que o aluno aprende na escola e o que ele traz para a escola, num processo contínuo e permanente de aquisição, no qual interferem fatores políticos, sociais, culturais e psicológicos.

O objetivo fundamental da escola é a busca de ensino de qualidade, capaz de formar cidadãos capazes de interferir criticamente na realidade para transformá-la, tendo consciência e conhecimento das informações que estão se tornando cada vez mais complexas.

Nessa perspectiva, as escolas camilianas possibilitarão o cultivo dos bens culturais e sociais, considerando as expectativas e as necessidades

dos alunos, dos pais, dos membros da comunidade, dos professores, enfim, dos envolvidos diretamente no processo educativo. É nesse universo que o aluno vivenciará situações diversificadas que favoreçam o aprendizado e permitam dialogar de maneira competente com a comunidade, aprender a respeitar e a ser respeitado, a ouvir e a ser ouvido, a reivindicar e a cumprir obrigações, a participar ativamente da vida científica, cultural, social e política do país e do mundo.

5.1.2. Construção da Autonomia

“O respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros”. (FREIRE, 1996, p. 66)

A escola como grupo social tem fundamental importância na construção dos fatores sociais. Só um indivíduo autônomo pode ser livre e responsável, já que só ele pode responder plenamente por suas ações e omissões, só ele é verdadeiramente agente da mudança social.

O sentido da autonomia, como princípio didático geral proposto nos Parâmetros Curriculares Nacionais, é uma opção metodológica que considera a atuação do aluno na construção de seus próprios conhecimentos, valoriza suas experiências, seus conhecimentos prévios e a interação professor – aluno e aluno – aluno, buscando, essencialmente, a passagem progressiva de situações em que o aluno é dirigido por outrem a situações dirigidas pelo próprio aluno.

A autonomia refere-se à capacidade de posicionar-se, elaborar projetos pessoais e participar enunciativa e cooperativamente de projetos coletivos, ter discernimento, organizar-se em função de metas eleitas, governar-se, participar da gestão de ações coletivas, estabelecer critérios e eleger princípios éticos etc. Isso é, a autonomia fala de uma relação emancipada, íntegra com as diferentes dimensões da vida, o que envolve aspectos intelectuais, morais, afetivos e sociopolíticos. Ainda que na escola se destaque a autonomia na relação com o conhecimento – saber o que se quer saber, como fazer para buscar informações e possibilidades de desenvolvimento de tal conhecimento, manter uma postura crítica comparando diferentes visões e reservando para si o direito de conclusão, por exemplo – ela não ocorre sem o desenvolvimento da autonomia mo-

ral (capacidade ética) e emocional, que envolvem autorrespeito, respeito mútuo, segurança, sensibilidade etc.

O desenvolvimento da autonomia depende de suportes materiais, intelectuais e emocionais. No início da escolaridade, a intervenção do professor é mais intensa na definição desses suportes: tempo e forma de realização das atividades, organização dos grupos, materiais a serem utilizados, resolução de conflitos, cuidados físicos, estabelecimento de etapas para a realização das atividades. Também é preciso considerar tanto o trabalho individual como o coletivo-cooperativo. O individual é potencializado pelas exigências feitas aos discentes para responsabilizarem-se por suas ações, suas ideias, suas tarefas, pela organização pessoal e coletiva, pelo envolvimento com o objeto de estudo. O trabalho em grupo, ao valorizar a interação como instrumento de desenvolvimento pessoal, exige que os alunos considerem diferenças individuais, tragam contribuições, respeitem as regras estabelecidas, proponham outras atitudes que propiciem o desenvolvimento da autonomia na dimensão grupal.

5.1.3. Escola Inclusiva

“Toda criança com necessidades educativas especiais deverá ser incluída em sistemas de ensino-aprendizagem não segregados, e deverá ser providenciada sua inclusão em sistemas regulares de ensino, classes onde crianças com e sem deficiências estejam em interação, assim como com os educadores e demais participantes de uma escola. Este é o caminho para um futuro onde haverá uma nova mentalidade e um novo tempo de relações entre os homens, independente de suas capacidades, déficits, ou diferenças”.

Educação inclusiva significa proporcionar oportunidades igualitárias a todos os estudantes, incluindo aqueles com necessidades especiais, sejam eles portadores de necessidades especiais diversas ou pessoas com habilidades acima da média, para que recebam serviços educacionais eficazes, com os serviços suplementares de auxílio e apoio, em classes adequadas, preparando-os para uma vida produtiva, integrando-os à sociedade. Esses pressupostos inferem inclusão que desperte e desenvolva potencialidades, respeitando os limites individuais de cada aluno.

A prática da educação inclusiva está intimamente ligada ao carisma camiliano, uma vez que a aceitação e o reconhecimento das necessidades

mais profundas dos indivíduos são compromissos divulgados na Carta de Princípios das Entidades Camilianas.

Dessa forma, em acordo com a Lei n. 9394/96, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Capítulo V, Artigos 58 a 60, e baseados nos preceitos de igualdade e fraternidade, cabe-nos estabelecer critérios para a inclusão de alunos com necessidades especiais, respeitadas as particularidades de cada unidade.

Cabe a cada escola considerar:

1. firme compromisso de oferecer o máximo de apoio que um estudante necessita a fim de obter êxito em suas atividades educacionais e sociais;
2. compreensão do fato de que não é necessário todos os estudantes terem as mesmas metas educacionais para aprenderem juntos em classe;
3. crença firme de que o sucesso educacional está intimamente ligado a uma prática pedagógica significativa aos alunos;
4. permissão da inclusão, não se restringindo ao simples oferecimento da vaga, mas, sim, proporcionando planejamento adequado às necessidades individuais de cada aluno de necessidades especiais em classes regulares, nos diversos níveis de ensino;
5. reconhecimento de que a inclusão traz benefícios para todo o corpo discente e docente;
6. estudo e a celebração da diversidade;
7. manutenção de uma parceria ativa com os pais e com o Centro Universitário São Camilo;
8. facilitação do acesso físico à escola aos alunos portadores de necessidades educacionais especiais;
9. continuidade do desenvolvimento profissional da equipe técnica;
10. estabelecimento de novas formas de avaliação que atendam às necessidades dos alunos de necessidades educacionais especiais ou habilidades especiais.

A educação inclusiva não deve ser vista como um impedimento à boa prática pedagógica, ao contrário, deve ser encarada como forma de ampliação dessa prática, favorecendo as ações direcionadas ao grupo, sem

dissociá-la das necessidades individuais de cada aluno. O reconhecimento da diversidade em sala de aula permite ao educador aprofundamento de sua prática pedagógica pelo conhecimento das necessidades individuais e da elaboração de conteúdos adequados a elas.

Para isso, o corpo técnico da escola deverá estabelecer momentos de reflexão sobre a prática de educação inclusiva a fim de solucionar/discutir as dificuldades e necessidades dos alunos e da equipe.

Cada unidade deverá elaborar um projeto de prática de educação inclusiva a ser submetido à Comissão de Educação Básica Camiliana.

5.1.4. A formação Cristã nas Escolas Camilianas: Confessional, Católica e Camiliana

“Toda educação comporta, pois, uma educação da religiosidade. Não se pode negar à criança a possibilidade da experiência de uma realidade superior a ela mesma, decisiva para sua realização mais plena”. (CNBB, 1992, p. 41).

“A escola católica enfrenta os desafios que a cultura coloca à fé”. (CNBB, 1992, p. 28)

As escolas Camilianas devem construir sua identidade empenhando-se por expressar, na prática, a sua identidade cristã, católica, confessional, comunitária e filantrópica.

Essa identidade constrói-se fundamentada nos documentos oficiais da igreja e no espírito do carisma da congregação.

Como escola católica, deve, portanto:

- inserir-se na missão da igreja;
- oferecer uma educação da fé;
- oferecer um ambiente privilegiado para a formação integral;
- permitir um encontro vivo com o patrimônio cultural;
- comunicar seus valores através de autênticas relações interpessoais;
- estimular o desenvolvimento da personalidade;
- apresentar Jesus Cristo como fundamento, modelo do homem integral que age e pensa segundo o Evangelho.

Assim, a escola deve, por meio de ações interdisciplinares e de suas práticas educativas, propiciar um ambiente onde todas as pessoas evangelizam e são evangelizadas, permitindo verdadeiro anúncio e testemunho do cristianismo.

Para isso, é necessário que toda Escola Camiliana possua uma equipe responsável pelas ações e projetos de Pastoral. Trata-se de educar evangelizando e evangelizar educando.

A Pastoral deve coordenar as atividades e os trabalhos que serão desenvolvidos, no sentido da consecução desses objetivos.

Tais ações devem ser planejadas pelas unidades educacionais camilianas, respeitando-se as características e necessidades locais, procurando, sempre que possível, focar as seguintes linhas: o ensino religioso escolar, projetos de adesão à fé católica, projetos de responsabilidade social e um ambiente de fraternidade e cidadania.

5.1.4.1. O ENSINO RELIGIOSO ESCOLAR

“O ERE visa à educação plena do aluno, a formação de valores fundamentais através da busca do transcendente e da descoberta do sentido mais profundo da existência humana, levando em conta a visão religiosa do educando” (CNBB, 1992, p. 74)

Por essa visão antropológica, o Ensino Religioso Escolar procura desenvolver no aluno formação básica, social e religiosa-cristã, tendo como objetivos:

- proporcionar o conhecimento dos elementos básicos que compõem o fenômeno religioso, a partir das experiências religiosas percebidas no contexto do educando;
- subsidiar o educando na formulação do questionamento existencial, em profundidade, para dar sua resposta, devidamente informado;
- analisar o papel das tradições religiosas na estruturação e manutenção das diferentes culturas e manifestações socioculturais;
- facilitar a compreensão do significado das afirmações e verdades de fé das tradições religiosas;
- refletir o sentido da atitude moral e ética, como consequência do fenômeno religioso e expressão da consciência e da resposta pessoal e comunitária do ser humano;

- “possibilitar esclarecimento sobre o direito à diferença na construção de estruturas religiosas que têm na liberdade o seu valor inalienável.”⁴”

Frente ao pluralismo de crenças dos alunos, das famílias e dos professores, as atividades de Ensino Religioso deverão possuir uma identidade distinta da catequese, revestindo-se de um caráter ecumênico, supraconfessional, não servindo ao proselitismo, mas proporcionando o conhecimento dos elementos básicos que compõem o fenômeno religioso (as culturas e religiões, as escrituras sagradas, as teologias, os ritos e os ethos).

Entretanto, devem buscar uma “precisão nos objetivos, métodos, conteúdos e linguagem, que permitam um referencial básico a fim de que os temas não sejam apresentados de forma vaga, neutra, imprecisa ou confusa, sob pretexto de atender à pluralidade de religiões dos educandos”. (CNBB, 1992)

5.1.4.2. PROJETOS DE ADESÃO À FÉ CATÓLICA

“As escolas católicas têm a responsabilidade de oferecer o ensino básico da fé católica e de oferecer oportunidades de aprofundamento e vivência da mesma, encaminhando o educando a se integrar na comunidade eclesial onde poderá crescer na sua fé”. (CNBB, 1992, p. 79).

Os projetos de adesão à fé católica deverão configurar-se como opção de atividade extracurricular para o aluno e para a comunidade, podendo envolver trabalhos de Catequese, de preparação à Primeira Eucaristia e à Crisma, Fóruns Camilianos Mirim e Juvenil, Palestras e Dinâmicas, Celebrações Eucarísticas e outras atividades de adesão à comunidade paroquial católica.

Podem inserir-se nesse eixo as celebrações relativas ao ano litúrgico, retiros ou encontros de formação oferecidos a docentes, discentes familiares, encontros de espiritualidade camiliana oferecidos a professores e funcionários, momentos celebrativos, grupos bíblicos e de oração, entre outras atividades. Cada unidade desenvolverá esses projetos de acordo com as orientações da Diocese local e necessidades e possibilidades da comunidade.

4. Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso, 1997, p. 30-1.

5.1.4.3. PROJETOS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

“Cabe à Missão educadora encaminhar as crianças e os jovens para o respeito mútuo, despertar-lhes a atenção e a estima pelos direitos humanos, pela prática da justiça e pelo cumprimento do dever, e sensibilizá-los para as exigências de uma fraternidade universal e concreta”. (CNBB, 1992, p. 43)

A Responsabilidade Social, muitas vezes confundida com filantropia ou caridade, é o compromisso de uma instituição (independente do tamanho e do ramo de atuação) em contribuir com o desenvolvimento e o bem-estar dos colaboradores, de suas famílias e da comunidade em geral.

A busca da excelência, tanto nas empresas como em nossas vidas, passa a ter como objetivo a qualidade das relações e as sustentabilidades econômica, social e ambiental (Ethos, 2001, p. 6). Porque a responsabilidade do futuro é nossa!

Nesse sentido, nas unidades camilianas de educação básica, serão desenvolvidos projetos e atividades que visem ao engajamento concreto da comunidade educativa na transformação social.

Esses projetos podem abranger trabalhos voluntários junto a populações ou instituições carentes, campanhas sociais, cursos de formação de lideranças, formação de grupos de convivência e ação solidária, em diversos níveis, bem como o estabelecimento de parcerias entre as unidades e instituições assistenciais.

5.1.4.4. AMBIENTE DE FRATERNIDADE E CIDADANIA

A escola camiliana deve primar por um ambiente em que predomine a vivência e a divulgação dos valores cristãos.

Nesse sentido, deve-se incentivar a construção de um ambiente acolhedor, no qual sejam valorizadas as seguintes atividades e atitudes:

- valorização das relações interpessoais;
- cuidado especial com a ambientação da escola, paredes ou murais, conforme melhor estética, aproveitando-se todas as oportunidades para a veiculação de mensagens;
- desenvolvimento do hábito de chamar as pessoas pelo nome;
- incentivo à prática da solidariedade e da partilha no cotidiano da escola;

- busca do estreitamento dos vínculos pessoais por meio da presença e da participação;
- utilização da arte como meio de expressão e transmissão de valores na rotina escolar (apreciação e produção artística);
- elaboração de estratégias de apoio para ocasiões especiais: cartões de aniversário, visitas aos doentes da comunidade, apoio em momentos de dificuldades e luto etc.;
- incentivo a um ambiente alegre, em que se possa vivenciar o prazer da convivência fraterna.

A formação cristã, nas linhas descritas neste documento, deve, portanto, ser uma preocupação constante das escolas camilianas.

As unidades de Educação Básica da Província Camiliana Brasileira pretendem oferecer uma educação que, por meio de uma prática dialógica e interdisciplinar, crie condições para a construção de “uma nova maneira de ser, de viver e de conviver que possibilite a comunhão dos homens entre si e com Deus, veiculando os valores evangélicos da verdade, da justiça, da partilha, da solidariedade, da igualdade.” (CNBB, 1992, p. 77)

5.2. PRINCÍPIOS DIDÁTICO-METODOLÓGICOS

A proposta camiliana compartilha com Edwards e Mercer (1987) de criar, na escola, como contexto de comunicação, um *espaço compartilhado* (VYGOTSKY, 2000). Supõe esforçarem-se para criar, mediante negociação aberta e permanente, um contexto de compreensão comum, enriquecido constantemente com as contribuições dos diferentes participantes, cada um segundo suas possibilidades e competências.

A função do professor será facilitar o surgimento do contexto de compreensão comum e trazer instrumentos procedentes da ciência, do pensamento e das artes para enriquecer esse espaço de conhecimento compartilhado, mas nunca substituir o processo de construção dialética, impondo suas próprias representações ou cerceando as possibilidades de negociação aberta de todos e cada um os elementos que o compõem.

Quando se substitui ou se restringe a negociação, impõe-se a aprendizagem acadêmica à margem das exigências experienciais dos estu-

dantes e justapõe-se uma estrutura de aprendizagem que, embora sirva para resolver os problemas da aula, não está conectada com os esquemas prévios dos alunos e nada pode na hora de provocar a reconstrução do conhecimento.

Então, criar o espaço de compreensão comum requer um compromisso de participação por parte dos docentes e discentes, em um processo aberto de comunicação, e quando os indivíduos e os grupos se envolvem em processos vivos de comunicação, os resultados e orientações são, em certa medida, sempre imprevisíveis.

Os alunos devem participar da aula trazendo tanto seus conhecimentos e concepções, como seus interesses, preocupações e desejos, envolvidos num processo vivo, em que o jogo de interações, conquistas e concessões provoque, como em qualquer outro âmbito da vida, o enriquecimento mútuo.

Desse modo, o debate em sala de aula envolve todos, em diferente medida, porque se apoia nas preocupações e nos conhecimentos que cada um ativa e compartilha. A função do professor é facilitar a participação de todos e, no fórum de trocas simbólicas em que a aula deve transformar-se, oferecer instrumentos culturais de maior potencialidade explicativa (que enriqueçam o debate) e provocar a reflexão sobre as próprias trocas e suas consequências para o conhecimento e para a ação.

5.2.1. Planejamento

O planejamento é o delineamento apriorístico dos passos a serem seguidos, tendo por base as metas a serem alcançadas. Nesse sentido, essa atividade deve perpassar todos os ambientes educativos, tendo sempre claros seus objetivos.

O planejamento consiste na previsão de realização de um conjunto de tarefas que visam, por exemplo, a determinar os objetivos de aprendizagem, bem como a priorizar e a transformar os conteúdos em correspondência com os objetivos.

Os professores devem identificar as necessidades individuais e prever as reações dos alunos. A organização do ambiente educativo (relações pessoais, tempo, lugar, material, recursos), a seleção das estratégias de ensino e das atividades de aprendizagem apropriadas, a seleção das sequências de atividades, a especificação dos procedimentos de avaliação devem compor o Planejamento.

Para uma maior eficiência dessa etapa, o professor deve conhecer seus alunos, pois, assim, poderá a todo momento avaliar se o planejamento está pertinente e se será eficiente.

5.2.2. Objetivos do Ensino

Os docentes devem explicitar seus objetivos a fim de que eles sejam claros para seus alunos. Essa pertinência ajuda na motivação. Além disso, para uma maior organização, os objetivos devem ser ordenados de maneira a facilitar a aprendizagem, ou seja, organizados e agrupados em forma de aulas ou de unidades.

Os objetivos constituem o ponto de partida para refletir-se sobre qual é a formação que se pretende que os alunos obtenham, que a escola deseja proporcionar e tem possibilidades de realizar, sendo, nesse sentido, pontos de referência que devem orientar a atuação educativa em todas as áreas, ao longo da escolaridade obrigatória. Devem, portanto, orientar a seleção de conteúdos a serem aprendidos como meio para o desenvolvimento das capacidades e indicar os encaminhamentos didáticos apropriados para que os conteúdos estudados façam sentido para os alunos. Finalmente, devem constituir-se em uma referência indireta da avaliação da atuação pedagógica da escola.

Os objetivos definem-se em termos de capacidades de ordens cognitiva, física, de relação interpessoal e inserção social, ética e estética, tendo em vista uma formação ampla. Cabe lembrar a definição do vocábulo capacidade. Do latim *capacitate*. < lat. *capax, acis*, 'capaz'. Qualidade que uma pessoa ou coisa tem de possuir para um determinado fim; habilidade, aptidão.

- *Capacidade Cognitiva*: está associada à influência direta na postura do indivíduo, ensinando-o a enfrentar as diversas situações da vida e a resolver problemas de maneira consciente ou não. Com a progressiva aprendizagem dos códigos de representação e o uso dos mesmos, há interferência direta nas outras aprendizagens, como: língua, matemática, representação espacial, temporal, gráfica e na leitura de imagens.
- *Capacidade Física*: está associada à possibilidade de apropriação e conhecimento as potencialidades corporais, ao autoconhecimento, ao uso do corpo na expressão das emoções, ao deslocamento com segurança.

- *Capacidade Afetiva*: está associada à construção da autoestima, às atitudes no convívio social, à compreensão de si mesmo e à dos outros.
- *Capacidade Estética*: está associada à possibilidade da produção artística e à apreciação dessa produção, oriunda de diferentes culturas e momentos.
- *Capacidade Ética*: está associada à construção de valores que norteiam a ação do homem.
- *Capacidade de Relação Interpessoal*: está associada à possibilidade de estabelecimento de condições para o convívio social, o que implica aprender a conviver com diferenças de temperamentos, de intenções, de hábitos e costumes, de cultura.
- *Capacidade de Inserção Social*: está associada à possibilidade de cada aluno perceber-se como membro participante de um grupo, de uma comunidade e de uma sociedade. Essa capacidade é inerente ao exercício da cidadania; seu desenvolvimento é fundamental para que o indivíduo leve em conta a dimensão coletiva e não a dimensão individual.

Para garantir o desenvolvimento dessas capacidades, é preciso disponibilidade para a aprendizagem, de um modo geral. Para que se possam atingir os objetivos, é necessário selecionar conteúdos que tenham sentido para o aluno e sejam funcionais. O professor também é peça fundamental nesse processo, pois cabe a ele saber qual a melhor maneira de apresentar aos educandos tais conteúdos, de modo que compreendam o quê e para quê aprendem e, nessa perspectiva, sintam-se motivados para o trabalho escolar.

Para tanto, é necessário que se leve em consideração as diferenças individuais, interesses, habilidades, respeito ao ritmo e ao limite de cada um. Embora os indivíduos tendam, em função de sua natureza, a desenvolver capacidades de maneira heterogênea, é importante salientar que a escola tem como função potencializar o desenvolvimento de todas as capacidades, de modo a tornar o ensino mais humano, mais ético.

5.2.3. Conteúdos de Aprendizagem

As decisões dos professores quanto aos conteúdos estabelecidos exercem influência sobre o êxito dos alunos. Isso porque essas decisões

dependem do esforço percebido como necessário pelos professores para o ensino de um determinado conteúdo, da percepção dos professores em relação ao nível de dificuldade que esse representa para os alunos e, finalmente, do sentimento de satisfação pessoal de orientar o estudo.

Os professores que obtêm êxito em seu trabalho conhecem a matéria de modo que lhes permite planejar as aulas que ajudarão os alunos a relacionar os conhecimentos novos aos que já possuem e a relacionar conteúdos de diferentes campos de conhecimento e sua aplicabilidade com a vida real. Associada a isso, a seleção dos exercícios e das outras tarefas escolares permite que os alunos alcancem um nível de êxito e interesse pelo estudo.

5.2.4. Estratégias de Ensino

Para o sucesso do processo ensino-aprendizagem, torna-se necessário que as atividades da aula sejam planejadas com antecedência e que, nessa tarefa, os professores preocupem-se em identificar claramente os recursos pedagógicos disponíveis, bem como as estratégias de ensino, e procurem harmonizá-las com os objetivos e com o nível de desenvolvimento dos alunos.

Dessa forma, o docente, que conhece seu aluno e está acompanhando-o em seu dia-a-dia, deve procurar determinar o nível cognitivo e as necessidades de aprendizagem, além de indicar métodos de avaliação apropriados ao seu êxito. Nessa concepção, o planejamento é maleável e deve ser ajustado aos recursos e estratégias de ensino, sempre que necessário.

Os professores devem procurar escolher níveis de desafio e de dificuldade apropriados às capacidades de seus alunos, para assim motivá-los, aumentando suas chances de obter bons resultados.

Para tanto, o docente organiza o conteúdo de modo a torná-lo coerente, colocando em evidência a natureza das suas relações entre eles.

5.2.5. O Ambiente Educativo

Entendemos como ambiente educativo o local de aprendizagem que estimula o interesse do educando à procura do caminho de seu conhecimento.

Os professores devem dar importância ao tempo previsto para o ensino dos conteúdos, o espaço físico, os recursos humanos e materiais disponíveis ao realizar seu planejamento. Ao planejar, o professor deve considerar a necessidade de proporcionar ambiente físico em ordem, equipamentos em boas condições e ambiente agradável, onde haja alternativas, em caso de contratemplos e seja oferecida ao educando condição de desenvolvimento.

O conceito de ambiente educativo pressupõe condições prazerosas de aprendizagem, no qual o aluno sente-se parte integrante do mesmo.

5.2.6. Temas Transversais

Grandes são os desafios postos à educação, no que se refere à organização das áreas do conhecimento, uma vez que o mundo está direcionado ao multiculturalismo.

As diferentes áreas, os conteúdos selecionados em cada uma delas e o tratamento transversal de questões sociais constituem representação ampla e plural dos campos de conhecimento e de cultura de nosso tempo, cuja aquisição contribui para o desenvolvimento das várias capacidades.

A preparação desses conteúdos nas diferentes áreas deverá ser trabalhada de forma que contribuam para a construção de instrumentos de compreensão e intervenção na realidade em que vivem os alunos.

Se a escola pretende estar em consonância com as demandas atuais da sociedade, é necessário que trate de questões que interfiram na vida dos alunos e com as quais se veem confrontados no seu dia-a-dia.

Atualmente, surgiu a necessidade do tratamento de temas sociais transversais na escola, tais como *Ética*, *Saúde*, *Meio Ambiente*, *Pluralidade Cultural* e *Orientação Sexual*, como forma de contemplá-las na sua complexidade, sem as restringir à abordagem de uma única área. Esses temas foram eleitos por envolverem problemáticas sociais atuais e urgentes, consideradas de abrangência nacional e até mesmo de caráter universal.

Os temas referenciados não precisam ser tratados igualmente; ao contrário, exigem adaptações para que possam corresponder às reais necessidades de cada região ou mesmo de cada escola camiliana.

5.2.7. Atividade Lúdica e o Desenvolvimento Cognitivo, Afetivo, Social e Psicomotor dos alunos

Muito antes que o jogo e as atividades lúdicas fossem objeto de investigações científicas, eles foram e são utilizados como um dos mais importantes meios de educação para as crianças. Nos diferentes sistemas pedagógicos, é conferido ao jogo importante função, e não existe sistema educacional que, de uma forma ou de outra, não dedique um lugar aos jogos e às atividades lúdicas. Esse lugar especial está determinado pelo fato de o jogo responder à natureza da criança. Sabemos que responde não à natureza biológica, mas à social, à necessidade de comunicação com os adultos, que surge muito cedo e que se transforma em uma tendência a viver uma vida em comum com o adulto.

As crianças e os adolescentes precisam ter acesso à aprendizagem criativa, dinâmica e prática que os tornem capazes de produzir por eles mesmos, que os convertam em suas próprias aprendizagens, para que possam, em suas vidas, terem condições de resolver seus problemas. Ir em busca de soluções e criar uma situação de vida que seja condizente com suas necessidades básicas de seres humanos será outro desafio.

As escolas camilianas acreditam que a aprendizagem ocorre por meio de atividades lúdicas, pois, na maioria das vezes, colocam os alunos em situações que lhes permitem exercitar o desenvolvimento da comunicação grupal e, com suas experiências, podem ajudar uns aos outros, realizando um intercâmbio de conhecimentos adquiridos.

Segundo Antunes, não há ensino sem aprendizagem e essa não acontece senão pela transformação do aluno. O jogo ganha espaço como ferramenta ideal da aprendizagem na medida em que desperta o interesse do aluno, desenvolvendo níveis de sua experiência social e construindo suas novas descobertas.

“Hoje, a maioria dos filósofos, sociólogos, etólogos e antropólogos concordam em compreender o jogo como uma atividade que contém em si mesma o objetivo de decifrar os enigmas da vida e de construir um momento de entusiasmo e alegria na aridez da aprendizagem e da caminhada humana pela evolução biológica”. (ANTUNES, 2000, p.38)

Em relação aos jogos, os docentes devem estar presentes, participar das brincadeiras, demonstrar prazer e estimular os alunos para ações.

Nessa perspectiva, é necessário proporcionar aos alunos um clima livre de tensões e realizar as mediações necessárias durante as atividades propostas.

O ensino com jogos desenvolve a possibilidade de descobrir, criar, raciocinar e discutir. Toda atividade deve colocar a criança diante da necessidade de orientar sua iniciativa em busca de uma utilização seletiva de seus conhecimentos e das ações para a solução de uma nova tarefa concreta. Quanto mais interessante for a atividade, maior será a influência emocional exercida sobre o aluno, e tanto maior será o efeito produzido. Levando-se em conta as particularidades da idade, recomenda-se que o professor deve utilizar amplamente os jogos didáticos.

5.2.8. AVALIAÇÃO

A avaliação do processo ensino-aprendizagem tem por objetivo situar o aluno e o docente quanto ao nível de ensino-aprendizagem ocorrido na construção do conhecimento. Ao estabelecer os objetivos a serem alcançados nas unidades de ensino, é preciso que aluno e professor, protagonistas do processo, saibam aonde chegar. O professor deve, no projeto pedagógico da unidade, traçar objetivos claros, os quais serão comunicados aos alunos que poderão escolher, juntamente com o professor, estratégias adequadas para alcançá-los.

É importante que se aclarem algumas máximas envolvidas no processo avaliativo, pois, nessa perspectiva, avaliação e nota são duas coisas distintas.

“Avaliação é um processo abrangente da existência humana, que implica uma reflexão crítica sobre a prática, no sentido de captar seus avanços, suas resistências, suas dificuldades e possibilitar uma tomada de decisão sobre o que fazer para superar os obstáculos. A nota seja na forma de número (ex: 0-10), conceito (ex: A, B, C, D) ou menção (ex: Excelente, Bom, Satisfatório, Insatisfatório), é uma exigência formal do sistema educacional. Podemos imaginar um dia em que não haja mais nota na escola – ou qualquer tipo de reprovação –, mas certamente haverá necessidade de continuar existindo avaliação, para poder se acompanhar o desenvolvimento dos educados e ajudá-los em suas eventuais dificuldades”. (VASCONCELOS, 1994, p. 43)

Assim, nas escolas camilianas, a prova é uma das formas de gerar-se a nota que, por sua vez, é apenas uma das formas de se avaliar.

O processo avaliativo não deve se reduzir ao conteúdo programático. A partir desse olhar teórico, as avaliações das atitudes são fundamentais para que se possa formar um homem capaz de ser cidadão. Cabe ao grupo – alunos e professores – ver quais atitudes serão avaliadas. Por exemplo: Cumpre seus deveres? É solidário? Respeita o outro e a si mesmo? Sabe participar?

O processo de avaliação inclui instrumentos e procedimentos diversificados. Alguns são mais sistemáticos, outros menos; alguns são formais outros, informais. O que não pode faltar no processo de avaliação é a definição dos seus reais propósitos.

As avaliações escritas devem conter objetivos claros, pois essa é uma forma para se saber o nível de aprendizagem a que o aluno chegou. Dessa forma, deverão ser propostas questões de dificuldades que obedeçam a uma hierarquia. Assim, cada instrumento avaliativo propõe ao aluno problemas a serem resolvidos, numa graduação lógica e envolvendo situações relevantes para o estudante.

A visão do professor/avaliador ultrapassa a concepção de alguém que simplesmente observa se o aluno acompanhou o processo e alcançou os resultados esperados, infere um perfil de educador que propõe ações diversificadas e investiga, justamente, o inesperado. Esse professor é alguém que provoca, questiona, confronta, exige novas e melhores soluções a cada momento.

Essa perspectiva teórica postula a avaliação como instrumento diagnóstico, vinculado ao processo ensino/aprendizagem, que serve para o professor e para o aluno, pois permite, ao aluno, descobrir o que ele sabe e o que não sabe de determinado conteúdo e, ao professor, definir a direção a tomar, face ao nível de aprendizagem, retratado nos diferentes momentos do processo avaliativo.

As escolas camilianas trabalham para desenvolver e ampliar nos indivíduos as capacidades que lhes permitirão compreender o real e lidar com ele de forma crítica, construtiva, competente, segura e autônoma.

Sendo assim, a avaliação insere-se na perspectiva da construção do saber, na possibilidade de aprender e na indicação de caminhos para a ação, tanto para o professor, como para o aluno. A avaliação deixa de ser

apenas o registro do “saber” ou do “não-saber”, para colocar-se a serviço do desenvolvimento do aluno/cidadão.

As unidades camilianas preparam seus professores para serem investigadores da história e das conquistas de cada educando e promotores de um ambiente de confiança, onde cada passo, avanço e dificuldades sejam observados, valorizados e repercutam em ações educativas desencadeadoras de novos conhecimentos.

É tarefa essencial do docente camiliano realizar a mediação como intervenção pedagógica do potencial de cada educando e cujo papel é o de promover junto aos educandos a possibilidade da articulação significativa entre os conceitos construídos e formas mais elaboradas de compreensão da realidade.

Os registros que os docentes farão dos alunos, de acordo com cada segmento, serão compartilhados com as famílias, por meio de relatos, de portfólios, dossiês, organizados em algumas turmas, já com a participação dos alunos. Os registros respeitarão a dinâmica da construção do conhecimento, no sentido de projetar-se no futuro, em vez de simplesmente constatar ou apontar etapas percorridas. Os relatórios de avaliação delinearão os processos percorridos pelos alunos em sua permanente tentativa de superação, em suas novas conquistas.

“Promover o aluno a patamares superiores em termos de aprendizagem e formação moral conduz a reflexões sérias sobre parâmetros de qualidade instituídos por professores e escolas”. Somente através da diversidade e amplitude dessa análise é que serão realizadas intervenções pedagógicas voltadas às possibilidades e interesses dos diferentes alunos.” (HOFFMANN, 2001)

“Avaliar para promover suscita, portanto, anotações significativas sobre o que se observa do aluno ao longo do processo – significado este que deve corresponder ao conjunto de suas aprendizagens, de suas condutas, de seus relacionamentos”. (HOFFMANN, 2001)

6

ESTRATÉGIAS DE IMPLEMENTAÇÃO

V isando a atender as concepções contidas neste documento, sugere-se a implementação das estratégias abaixo, de modo a tornar o processo ensino-aprendizagem da Educação Básica mais eficaz.

- Promover espaço aberto de comunicação entre todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem;
- Possibilitar a convivência em diferentes inserções sociopolíticas e culturais, preparando o aluno para o exercício consciente da cidadania;
- Resignificar o espaço escolar, transformando suas várias ambiências em espaço social de construção dos significados éticos necessários e constitutivos de ações de cidadania;
- Criar condições para que o aluno construa instrumentos de aprendizagem para um processo de educação permanente;
- Promover discussão acerca das teorias e metodologias de ensino, entre as unidades camilianas, estimulando o intercâmbio de experiências, e formas de pensar “Educação”;
- Oferecer subsídios para a capacitação do docente camiliano para que seja um facilitador da aprendizagem, num espaço dialógico;
- Valorizar a inserção da família na escola, tornando-a partícipe do processo ensino-aprendizagem;
- Intensificar a integração entre Educação Básica, Profissional e Superior;
- Oportunizar, por meio da prática da educação inclusiva, que os estudantes tenham oportunidades igualitárias, capacitando o corpo docente, dando, assim, condições de atendimento a classes comuns, para que todos compreendam e se envolvam nesse processo de interferência e formação de uma sociedade mais justa com a visão humanística e cristã;
- Promover espaços e momentos de reflexão a fim de contribuir para que os envolvidos se conheçam e se situem em relação ao mundo em que vivem, exercendo, assim, a função social no processo de formação de cidadãos;
- Observar a forma como os estudantes ocupam o espaço escolar, desenvolvendo, a partir das observações, discussões/debates entre professores, famílias e alunos;

- Contribuir, numa visão humanística e cristã, para a organização racional das informações e para a reconstrução das concepções e estereótipos vividos pela sociedade, a partir de atividades e ações reflexivas sobre temas transversais.

7

COMUNIDADE EDUCATIVA

A comunidade educativa camiliana é composta por seus dirigentes, especialistas e colaboradores, corpo docente e corpo discente, bem como a comunidade a que as escolas dos diferentes níveis servem.

7.1. PERFIL DO ALUNO CAMILIANO

Se um profissional competente é exigência da escola, também essa pressupõe a existência de um determinado tipo de aluno – um aluno que, por ser representante das novas gerações, deverá estar voltado à reflexão, atento à arte da indagação, preocupado em relacionar a escola com a vida real e, assim, equipar-se para exercer, com segurança, suas tarefas, como sujeito de um determinado grupo social. Pretende-se um educando leitor e escritor que saiba gerenciar as informações e saberes adquiridos.

A União Social Camiliana tem por objetivo a preparação de um cidadão apto a interagir neste novo milênio e, para tanto, deverá desenvolver habilidades pessoais e interpessoais, habilidades civis e habilidades espirituais, sem as quais não estará preparado para construir o seu futuro. Essas habilidades devem estar em consonância com os princípios filosóficos das entidades camilianas.

Caberá a todos os docentes o esforço de integrar essas habilidades a suas metas de ensino, de forma a garantir que uma formação holística se efetive. Também é preciso que essas habilidades sejam contempladas durante todo o período de escolaridade, tratando-as como conteúdos transversais e fortalecendo-as durante todo o processo de formação do educando nesta instituição.

7.2. RELAÇÃO FAMÍLIA / ESCOLA

A relação família-escola nas unidades camilianas de educação básica inicia-se antes mesmo do aluno ser matriculado, pois as unidades são preparadas para oferecer aos pais a segurança que almejam: a de que seus filhos terão educação de qualidade, com valores morais e éticos, em que as orientações para a vida acontecerão durante toda a permanência dos discentes na escola.

Sendo a escola o primeiro universo social mais amplo que a criança conhecerá, além de suas relações familiares, emerge a necessidade de uma estreita relação: escola-família-aprendizagem.

As escolas camilianas realizarão entrevistas com os pais ou responsáveis, com o intuito de começar a conhecer a criança ou o adolescente e o contexto social no qual está inserido. Se a família propicia crescimento com ambiente salutar para seus filhos durante o período formativo da personalidade, teremos como resultado um aluno mais integrado na escola e na sociedade. Crianças e adolescentes que têm equilíbrio familiar e contam com o apoio dos pais durante o seu desenvolvimento, sentem-se mais seguras e felizes, manifestando seus sentimentos com mais facilidade.

A equipe pedagógica da União Social Camiliana informará aos pais a metodologia de trabalho utilizada e as diferentes estratégias de ensino. O trabalho pedagógico será baseado nas habilidades e competências que o aluno deve atingir em cada série, que serão estruturadas com base no Referencial Nacional da Educação Infantil e nos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.

Durante a permanência do aluno na escola, o contato com a família será realizado sempre que for detectada alguma necessidade, sem período pré-determinado. Os atendimentos sistematizados ocorrerão para atender às necessidades de cada aluno. Todo atendimento ficará registrado na instituição escolar.

Os pais serão convidados a participar de atividades comemorativas, festivas e também de projetos realizados pelo corpo docente, juntamente com os alunos. Grupos de estudos, palestras, vídeos, gincanas, oficinas, mesas redondas, plantões pedagógicos serão organizados para estimular a frequência dos pais na escola, estabelecendo-se um clima de aproximação, colaboração e atenção. Mobilizar essas ações será um desafio constante na União Social Camiliana.

As escolas camilianas estarão permanentemente abertas aos pais que desejarem conhecer a sua rotina diária de atividades, regras e padrões de comportamento esperado dos alunos, nas diferentes áreas da escola e da sala de aula.

7.3. PERFIL DO PROFISSIONAL CAMILIANO

Assumir posição de competência profissional em educação caracteriza o trabalho da União Social Camiliana. Nesse sentido, faz-se neces-

sário um profissional que atenda de maneira ampla às necessidades e aos anseios da instituição.

A preocupação principal do docente que trabalha nesta Instituição deve ser a de alguém que está em constante inquietação, buscando respostas para os problemas dos alunos e de como tornar o processo ensino-aprendizagem mais eficiente, eficaz, produtivo e prazeroso.

O profissional esperado é aquele comprometido com sua práxis pedagógica, capaz de refletir sobre ela, continuamente, fazendo do “seu fazer” motivo para mudanças, oriundas de uma busca por mais conhecimentos.

Na União Social Camiliana, a “prática” é objeto de reflexão, considerada não-estática, mas passível de melhoria, já que é parte do processo. O professor deve ser um leitor ávido, sempre em busca de novas informações que convalidem a sua prática como profissional da educação e, ao mesmo tempo, lhe permita ser e preparar cidadãos. O profissional apto a estar na instituição é um estudioso em busca de referencial para contextualizar e priorizar metas e finalidades; para planejar a atuação; para analisar seu desenvolvimento e modificá-lo, paulatinamente, em função daquilo que ocorre; e para tomar decisões sobre a adequação de suas ações.

O profissional da União Social Camiliana deve ser alguém preocupado em utilizar os recursos que a tecnologia oferece para facilitar seu trabalho como mediador do processo ensino-aprendizagem. Não poderá ignorar o caráter da Instituição, pois sabe que faz parte de uma entidade estruturada, integrada por um conjunto de pessoas, a serviço de determinados fins que precisam ser alcançados, não como indivíduo, mas como coletividade. Devendo, assim, promover situações de aprendizagem de modo que os alunos conheçam e pratiquem os princípios camilianos.

O caráter plural da escola requer responsabilidades não-circunscritas apenas à prática pedagógica, mas, também, para assumir tarefas ligadas à gestão, ao desenvolvimento de habilidades de cooperação, de convivência e sobrevivência em grupos díspares.

7.4. COMPETÊNCIAS PRIORITÁRIAS NA FORMAÇÃO DOS DOCENTES DE EDUCAÇÃO BÁSICA

Cada elemento de um referencial de competências pode, do mesmo modo, remeter a práticas seletivas e conservadoras ou a práticas democratizantes e renovadoras. Para se saber de que pedagogia e de que escola se fala, é necessário ir além das abstrações.

É igualmente importante uma análise mais criteriosa do funcionamento das competências designadas, sobretudo, para que se faça o inventário dos conhecimentos teóricos e metodológicos que elas mobilizam.

Em seguida, apresentam-se as dez competências, citadas por Perrenoud⁵ (1999, p. 20-21), sobre as quais espera-se uma reflexão e efetivação prática dos docentes camilianos:

A) Organizar e dirigir situações de aprendizagem:

- conhecer os conteúdos a serem ensinados e sua tradução em objetivos de aprendizagem.
- trabalhar a partir das representações dos alunos.
- trabalhar a partir dos erros e dos obstáculos à aprendizagem.
- construir e planejar dispositivos e sequências didáticas.
- envolver os alunos em atividades de pesquisa, em projetos de conhecimento.

B) Administrar a progressão das aprendizagens:

- conceber e administrar situações-problema ajustadas ao nível e às possibilidades dos alunos.
- adquirir uma visão longitudinal dos objetivos do ensino.
- estabelecer laços com as teorias subjacentes às atividades de aprendizagem.
- observar e avaliar os alunos em situações de aprendizagem, de acordo com uma abordagem formativa.
- fazer balanços periódicos de competências e tomar decisões de progressão.

5. Fonte: Arquivo de Formação Contínua. Programa dos Cursos 1996 – 1997, Genebra, Ensino Fundamental, Serviço de Aperfeiçoamento, 1996.

C) Conceber e fazer evoluir os dispositivos de diferenciação:

- administrar a heterogeneidade no âmbito de uma turma.
- abrir, ampliar a gestão de classe para um espaço mais vasto.
- fornecer apoio integrado, trabalhar com alunos portadores de grandes dificuldades.
- desenvolver a cooperação entre os alunos e certas formas simples de ensino mútuo.

D) Envolver os alunos em sua aprendizagem e em seu trabalho:

- suscitar o desejo de aprender, explicitar a relação com o saber, o sentido do trabalho escolar e desenvolver na criança a capacidade de autoavaliação.
- instituir e fazer funcionar um conselho de alunos (conselho de classe ou de escola) e negociar com eles diversos tipos de regras e de contratos.
- oferecer atividades opcionais de formação individualizada.
- favorecer a definição de um projeto pessoal do aluno.

E) Trabalhar em equipe:

- elaborar um projeto de equipe com representações comuns.
- dirigir um grupo de trabalho.
- enfrentar e analisar, em conjunto, situações complexas, práticas e problemas profissionais.
- administrar crises ou conflitos interpessoais.

F) Participar da administração da escola:

- elaborar, negociar um projeto da instituição.
- administrar os recursos da escola.
- organizar e fazer evoluir, no âmbito da escola, a participação dos alunos.

G) Informar e envolver os pais:

- dirigir reuniões de informação;
- envolver os pais na construção dos saberes.

H) Utilizar novas tecnologias:

- explorar as potencialidades didáticas dos programas em relação aos objetivos do ensino.
 - utilizar as ferramentas de multimídia no ensino.
- I) Enfrentar os deveres e os dilemas éticos da profissão:
- prevenir a violência na escola e fora dela.
 - lutar contra os preconceitos e as discriminações sexuais, étnicas e sociais.
 - participar da criação de regras de vida comum referentes à disciplina na escola, às sanções e à apreciação da conduta.
 - analisar a relação pedagógica, a autoridade, a comunicação em aula.
 - desenvolver o senso de responsabilidade, a solidariedade e a noção de justiça.
- J) Administrar sua própria formação contínua:
- saber explicitar as próprias práticas.
 - estabelecer seu próprio balanço de competências e seu programa pessoal de formação contínua.
 - Negociar um projeto de formação comum com os colegas (equipe, escola, rede).
 - Envolver-se em tarefas escaladas a partir de uma ordem de ensino ou sistema educativo.
 - Acolher a formação dos colegas e participar dela.

8

DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA PEDAGÓGICA DAS UNIDADES CAMILIANAS

A diversidade cultural numa sociedade complexa é um fato. A existência de múltiplas atividades produtivas na sociedade, a evidência de que há diferentes visões sobre o mundo, a disponibilidade dos mais diversos desenvolvimentos especializados do conhecimento que não podem ser abrangidos em sua totalidade, a variedade de crenças e ideais, assim como de formas de expressão, de gostos estéticos e interesses devem fazer-nos conscientes da dificuldade de selecionar uma cultura escolar que seja representativa dessa riqueza de possibilidades. Se essa seleção for homogênea, oferecerá diversos significados para os diferentes tipos de alunos, que terão desiguais oportunidades e se propagará uma visão unilateral do que é o mundo exterior ao ensino. Vislumbrar uma seleção de componentes com valor universal é, simplesmente, utópico e perigoso.

Todas essas diferenças representam, em princípio, opções culturais legítimas, dignas de fazer parte da cultura curricular, enquanto não sejam obstáculos para direitos fundamentais dos indivíduos ou de grupos. Embora todas as manifestações culturais sejam respeitáveis, não podemos cair em um relativismo cultural absoluto ou na ingenuidade de acreditar que todas têm o mesmo valor na sociedade em que os alunos vivem. Existem diferenças entre os indivíduos e entre grupos culturais que devem ser respeitadas (suas crenças religiosas, por exemplo), outras que se devem estimular (formas de expressão ou de interesses), mas também é preciso ser consciente de que certas peculiaridades ou diferenças produzem discriminações e atingem direitos.

O currículo comum não deve ser todo o currículo que cada aluno recebe. Tão fundamental é a pretensão de obter uma base cultural comum para todos, quanto é admitir que nem todos os conteúdos da escolaridade se esgotam nesse núcleo. Cabe a possibilidade da oferta de áreas, disciplinas, conteúdos diferenciados, núcleos de conteúdos e atividades, dentre as quais os alunos e seus pais possam optar, de acordo com suas possibilidades, condições e interesse. Em qualquer caso, sempre existirá a possibilidade, por meio do desenvolvimento metodológico, de que cada aluno tenha experiências particulares de aprendizagem e de que se aborde o desenvolvimento dos conteúdos de formas variadas, favorecendo a expressão dos indivíduos. O currículo comum é a base cultural compartilhada, não toda a cultura escolar, por isso, não sufoca nem homogeneiza as diferenças.

O currículo comum é um meio para ajudar na igualdade de oportunidades. Se for evidente que cada grupo tem sua própria cultura de referência, também é evidente que não são iguais as possibilidades de cada indivíduo e dos grupos sociais diferenciados culturalmente para chegarem às formas e às manifestações da cultura e do conhecimento, no sentido de participarem das atividades sociais e produtivas.

Numa sociedade em que a cultura de procedência dos indivíduos condiciona suas capacidades, interesses e aspirações, o currículo comum da escolaridade pode ser entendido como o conjunto de conhecimentos, competências e valores de que todos podem tirar proveito. Certos conteúdos são mais necessários para aqueles que, sem aquisição desses conhecimentos, seriam mais discriminados fora da escola. Nessa perspectiva, o domínio dessas competências proporciona oportunidade para todos aqueles que, por sua cultura de procedência e origem social, teriam menos oportunidades de acesso ao conhecimento e às formas de expressão cultural. O currículo comum é uma oferta para participar dos bens culturais, criando as condições de colaboração e de igualdade social.

O currículo comum é o fundamento da educação geral ou básica que, além disso, será integral. Trata-se de uma característica da escolaridade obrigatória referente à necessidade de abranger numerosos aspectos da formação humana e assentada em argumentos fundamentais como: o princípio da igualdade de oportunidades, a ideia da educação como desenvolvimento integral do ser humano.

O currículo comum não é necessariamente uma determinação centralizada de conteúdos fechados. Para a implementação dos parâmetros até aqui delineados, é necessário o equilíbrio advindo da convicção de que as prescrições sobre o currículo comum, ainda que determinantes, não definem a prática nem conteúdos até seus últimos detalhes.

8.1. EDUCAÇÃO INFANTIL

A Educação infantil abrange as creches, entidades equivalentes e pré-escolas, não sendo pré-requisito para o ingresso no Ensino Fundamental; no entanto, pretende-se que as crianças tenham nessa fase, o desenvolvimento integral de suas identidades, capazes de crescerem como cidadãos, cujos direitos à infância são reconhecidos, contribuindo, ainda,

para que possa se realizar o objetivo socializador dessa etapa educacional em ambientes que propiciem o acesso e a ampliação, pelas crianças, dos conhecimentos da realidade social e cultural.

As unidades camilianas de Educação Básica trabalham com crianças desde a primeira infância, que compreende a idade de 0 a 5 anos.

Objetivam atender às indicações mínimas necessárias exigidas no Referencial Nacional da Educação Infantil, bem como aprimorar as competências baseadas nos eixos de trabalho orientados para a construção das diferentes linguagens pelas crianças e para as relações que estabelecem com os objetos de conhecimento: Movimento, Música, Artes Visuais, Linguagem Oral e Escrita, Natureza e Sociedade e Matemática.

“A instituição de Educação Infantil deve tornar acessível a todas as crianças que a frequentam, indiscriminadamente, elementos da cultura que enriquecem o seu desenvolvimento e inserção social. Cumpre um papel socializador, propiciando o desenvolvimento da identidade das crianças, por meio de aprendizagens diversificadas, realizadas em situações de interação”.
(RCNEI, vol.1, 1998, p. 23)

Autonomia, interação e cooperação são questões relevantes do cotidiano escolar camiliano. A criança tem oportunidade de elaborar e reelaborar seus conhecimentos, realizando pesquisas como alternativa para a solução de situações-problema, tendo como suporte a mediação do professor.

Para cada aula, o docente utilizar-se-á de planejamentos diversificados, visando a atender à individualidade de cada aluno. Esse trabalho só é possível porque o professor de educação infantil estará sempre fazendo observações e registros sobre o desenvolvimento integral do aluno, utilizando, para isso, o quadro de competências baseado no Referencial Nacional de Educação Infantil.

Outras questões importantes para esse nível de ensino, são tratadas na LDB, como as que se referem à formação dos profissionais, às relativas à educação especial e à avaliação.

8.2. ENSINO FUNDAMENTAL

Recentemente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9394/96, foi alterada. Sendo assim, a Lei 11274/06 altera a redação dos

artigos 29, 30, 32 e 87, dispõe sobre a duração de 9 anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos seis anos de idade.

O Ensino Fundamental na Educação Básica Camiliana, então, em consonância com a legislação, passou a atender crianças e adolescentes de 6 a 14 anos, sendo até os 10 anos com as séries iniciais e de 11 a 14 anos com as séries finais, para dar à criança um período mais longo para as aprendizagens próprias dessa fase, inclusive da alfabetização e letramento.

No caso do primeiro ano do Ensino Fundamental, em que a criança tem seis anos, a proposta curricular camiliana foi reformulada, visando a atender as características, potencialidades e necessidades específicas dessa infância. O processo avaliativo é processual, diagnóstico, participativo, formativo e redimensionador da ação pedagógica, por meio dos procedimentos de observação, registro e reflexão constante do processo de ensino-aprendizagem.

O Ensino Fundamental tem como objetivo principal desenvolver o conhecimento ajustado de si mesmo e o sentimento de confiança em suas capacidades afetiva, física, cognitiva, ética, de interrelação pessoal e de inserção social para agir com perseverança na busca de conhecimento e no exercício da cidadania.

A transversalidade é fundamental nesse nível de ensino, pois pressupõe tratamento integrado das áreas e compromisso com as relações interpessoais no âmbito da escola, pois os valores que se transmitirão, os experimentados na vivência escolar e a coerência entre eles, devem ser claros, para desenvolver a capacidade dos alunos de intervir na realidade e transformá-la, tendo essa capacidade uma relação direta com o acesso ao conhecimento acumulado da humanidade.

Nas unidades camilianas de Educação Básica, o Ensino Fundamental tem como objetivo principal o aprendizado do aluno de forma responsável, construtiva e participativa, auxiliando-o na compreensão da cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito.

Preocupam-se com valores, os quais devem ser trabalhados e estimulados em todos os discentes de forma natural, pois todo ser humano, independente de raça ou religião, deve possuí-los.

Trabalha-se de forma criativa o processo ensino-aprendizagem também no Ensino Fundamental, para que se possa contribuir para a melhoria da educação em nosso País.

8.3. ENSINO MÉDIO

O Ensino Médio, que atende adolescentes de 15 a 17 anos, organizado em três séries consecutivas, tem como objetivo fundamental aprofundar e ampliar os conteúdos conceituais desenvolvidos no Ensino Fundamental, ao mesmo tempo em que faz a manutenção dos conteúdos procedimentais e atitudinais previstos para o nível, consolidando as competências e habilidades compatíveis com a maturidade cognitiva e afetiva dos alunos.

Apresenta, conforme a orientação dos documentos legais, um caráter propedêutico, de formação geral e preparação para o prosseguimento de estudos em nível superior, e caráter de terminalidade, com a formação das competências para o ingresso na vida social e no mundo do trabalho.

A perspectiva interdisciplinar, característica marcante desse nível de ensino nos referenciais curriculares oficiais, deverá ser assegurada pela realidade das questões e situações que vierem a ser selecionadas pelos docentes, ou seja, por sua contextualização e não por uma fusão de disciplinas.

A especificidade de cada uma das disciplinas que compõem as três grandes áreas do conhecimento – Linguagem, códigos e suas tecnologias; Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias; Ciências Humanas e suas tecnologias – deverá ser preservada, ainda que muitos dos limites convencionais de algumas delas sejam evanescidos, de forma a se intercomplementarem.

A extensão e a profundidade do trabalho de cada disciplina perderão, por consequência, seu isolamento, fazendo com que os conhecimentos se articulem interdisciplinarmente.

Para esse Ensino, como para os outros, propõe-se uma abordagem por competências que contemple todo o conjunto de atividades vivenciadas pela escola, transponha didaticamente conhecimentos, teorias, noções e informações (dimensão conceitual), que se viabilize por procedimentos e estratégias prioritizadoras de aprendizagens significativas. Além disso, propõem-se abordagens que superem visões fragmentadas da realidade,

que privilegiem o raciocínio à memória, o significado à informação, a pesquisa ao simples levantamento de dados (dimensão procedimental) e que se efetive impregnada de valores e de práticas humanas que permeiam não só os saberes historicamente acumulados como sustentam a ética que rege as relações da vida em sociedade (dimensão atitudinal).

Enfim, o Ensino Médio, nas instituições camilianas, deve priorizar a formação integral, oferecendo oportunidades para a vivência e aprendizagem dos valores ligados à ética e ao exercício da cidadania, buscando a preparação do aluno para uma atuação social crítica e comprometida com a justiça e a fraternidade.

9

COMPROMETIMENTO COM A QUALIDADE

“Cativar...

– (...) *significa criar laços...*

– *Criar laços?*

– *Exatamente, disse a raposa. Tu não és ainda para mim senão um garoto inteiramente igual a cem garotos. E eu não tenho necessidade de ti. E tu também não tens necessidade de mim. Não passo aos teus olhos de uma raposa igual a cem mil outras raposas. Mas, se tu me cativas, nós teremos necessidade um do outro. Serás para mim único no mundo. E eu serei para ti única no mundo.*” (SAINT-EXUPÉRY, 1985, p. 68)

O grande desafio para as unidades de educação básica da União Social Camiliana é aliar a competência pedagógica à fidelização do cliente. Ou seja, não basta apenas “fazer bem”, é preciso criar laços.

Devemos estar aptos a responder às seguintes questões: Quem são nossos clientes? Aluno é cliente? Entender a dinâmica das relações entre prestadores de serviço e clientes é importante no processo de captação e retenção de nossos alunos?

Se por um lado os cenários e tendências apontam para um menor crescimento da população, ou seja, nascem menos crianças a cada dia, presupondo um cenário de menor demanda pelos serviços educacionais, por outro, aponta a atividade educacional como um dos setores fortalecidos pela globalização, avanço tecnológico e outras forças de mudança. Essas tendências indicam um futuro repleto de possibilidades; porém, o sucesso está destinado àqueles que forem capazes de pensar o impensável e, a partir disso, criar oportunidades e estratégias implementando mudanças organizacionais que deem suporte às instituições educacionais e garantam respostas às novas exigências da sociedade moderna.

Assim, é preciso assumir compromisso com o carisma camiliano, a fim de estabelecermos unidades educacionais que se destaquem não só pelos resultados, mas por sua filosofia de respeito ao outro em todas as suas formas de expressão.

Nesse sentido, é necessário que as unidades camilianas de Educação Básica sejam capazes de:

- conhecer a sociedade na qual estão inseridas (entorno), identificando quem são nossos clientes diretos e indiretos, quais nossos concorrentes e o que oferecem;

- responder às demandas da clientela antes que ela própria identifique seus desejos (antecipar ações e propor diferenciais);
- identificar suas forças e fraquezas, propondo formas adequadas para solucionar problemas e ampliar suas forças.

Podemos, desse modo, definir três vertentes para a qualidade nas Instituições Camilianas de Educação Básica:

9.1. VERTENTE ADMINISTRATIVA

- A) adoção de padrões e critérios administrativos e pedagógicos (agilidade na resolução de problemas) que atendam às necessidades e expectativas da clientela interna e externa (padrões mínimos);
- B) adoção de um sistema de gestão participativo consultiva, com representantes dos setores administrativo, pedagógico e representante do corpo discente, valorizando a participação dos diversos setores (desenvolver a capacidade de ouvir e responder às demandas);
- C) adoção de instrumentos de avaliação das capacidades internas (o que oferecemos) e externas (concorrência) que permitam a identificação das forças e fraquezas institucionais, propondo formas de melhoria contínua do processo de gestão;
- D) criação de instrumentos que valorizem seu corpo funcional, por meio de programas para educação continuada, em suas diversas áreas de atuação e critérios de remuneração condizentes com o mercado.

9.2 VERTENTE PEDAGÓGICA

- A) garantia de ambiente saudável e afetivo, onde o aluno seja o foco para o qual convergem as práticas educativas, visando à formação integral do ser humano;
- B) desenvolvimento de projeto político-pedagógico atual que valorize o educando em suas diversas formas de pensar e favoreça o desenvolvimento de suas potencialidades;

- C) adoção de padrões metodológicos e tecnológicos adequados às práticas pedagógicas;
- D) identificação de nichos de mercado, agregando valor ao “produto” educação;
- E) criação de um fórum interno permanente visando à discussão das teorias pedagógicas e ao desenvolvimento de estratégias para a melhoria constante do ensino;
- F) criação de estruturas de valorização do corpo docente, estimulando a dedicação exclusiva.

9.3. VERTENTE SOCIAL

Desenvolvimento e valorização das ações sociais como forma de exercer o carisma camiliano, propondo formas de integração e desenvolvimento social da clientela interna (corpo funcional) e externa (alunos, familiares, prestadores de serviços, fornecedores etc.), de forma a desenvolver a consciência de cidadania e de participação e engajamento social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Jorge Márcio Pereira de. **Novas Tecnologias, Comunicação e Educação Inclusiva**. Curso de Capacitação de Recursos Humanos na área de Necessidades Especiais – Trabalhando com a Mídia promovido pela Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down. Recife, PE, de 23 a 28 de maio de 2000. Disponível em: <www.defnet.org.br>

ANTUNES, Celso. **Jogos para a estimulação das múltiplas inteligências**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998. v. 1.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei 9.394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, dez. 1996.

BRASIL. Ministério de Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnologia. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/SEMT, 1999.

CNBB. **Educação, Igreja e Sociedade**. São Paulo: Paulinas, 1992.

DELORS, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir**. 6. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC: UNESCO, 2001.

DEMO, Pedro. **Educar pela Pesquisa**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 1998.

FAZENDA, I. **Interdisciplinaridade: qual o sentido?** São Paulo: Paulus, 2003.

_____. **Dicionário em construção: interdisciplinaridade**. São Paulo: Cortez, 2001.

FÓRUM Nacional Permanente do Ensino Religioso. **Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso**. São Paulo: AM Edições, 1997.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 43. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

GAUTHIER, Clermont. **Por uma teoria da Pedagogia** – pesquisas contemporâneas sobre o saber docente. Porto Alegre: Unijuí, 1998.

GOMES, D. D. **MBA Educação** – Escola que aprende. Rio de Janeiro: OR – Editor Produtor Independente, 2003.

HOFFMANN, J. **Avaliação na Pré-Escola** – um olhar sensível e reflexivo sobre a criança. Porto Alegre: Mediação, 1998.

_____. **Avaliar para Promover** – as setas do caminho. Porto Alegre: Mediação, 2001.

HOSSNE, W. S. Bioética: princípios ou referenciais? **O Mundo da Saúde**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 673-677, abr/jun 2006.

LEÔNICIO, S. **Educação de Jovens e Adultos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

LEPAGNEUR, H. Onze reflexões sobre educação e bioética. In: PESSINI, L.; BARCHIFONTAINE, C. P. **Bioética e longevidade humana**. São Paulo: Loyola, 2006. p. 149-158.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da Aprendizagem Escolar**. São Paulo: Cortez, 1995.

EDWARDS, D.; MERCER, N. M. **Common Knowledge**: the development of understanding in the classroom. London: Methuen, 1987.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: <www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php>. Acesso em: 27 jan. 2008.

PERRENOUD, P. **10 Novas Competências para Ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

RAMOZZI-CHIAROTTINO, Zelia. **Em busca do sentido da obra de Piaget**. São Paulo: Ática, 1984.

SACRISTÁN, J. G. **Compreender e Transformar o Ensino**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SAINT-EXUPÉRY, A. **O Pequeno Príncipe**. 28. ed. São Paulo: Agir, 1985.

SOUZA, P. N. P.; SILVA, E. B. **Como entender e aplicar a nova LDB**. São Paulo: Cortez, 2001.

VASCONCELLOS, C. **Avaliação** – concepção dialética – libertadora do processo de avaliação escolar. São Paulo: Libertad, 1994.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ZANCANARO, L. Bioética e educação: um novo desafio para a escola. In: PESSINI, L.; BARCHIFONTAINE, C. P. (Org.). **Bioética e Longevidade Humana**. São Paulo: Centro Universitário São Camilo; Loyola, 2006. p. 161-175.

